

Revista da Extensão

Jul. 2023 / n. 26
ISSN 2238-0167
E-ISSN 2764-5525

Entrevista com

MARIA GABRIELA CURUBETO GODOY

Acolhimento aos familiares das vítimas da Boate Kiss no Foro Central de Porto Alegre

Atividades de formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos em Roraima: experiências do Programa de extensão MiSordo

A Extensão como elo que une e transforma Universidade-Sociedade

A GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres durante a pandemia do Coronavírus

**PREMIADOS DO
SALÃO DE EXTENSÃO UFRGS 2022**

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Apresentação

Estamos disponibilizando nossa primeira edição da Revista de Extensão da UFRGS de 2023. Um momento que também é o de cuidar do meio ambiente: nossa universidade se comprometeu como missão tornar-se uma instituição sustentável até 2030. Para alcançar esta meta, delegou a um grupo de servidores a coordenação do Projeto UFRGS Sustentável, cujo foco é o comprometimento com um futuro ambiental, social e economicamente equilibrado. A extensão, claro, também está engajada como protagonista nesta missão.

A ONU, em Assembleia Geral das Nações Unidas de 25 de setembro de 2015, definiu para até o ano de 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São 17 objetivos ambiciosos e conectados, desdobrados em 169 metas, cujo foco é superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030. Esses ODS fazem parte da “Agenda 2030”, assinada durante a Cúpula das Nações Unidas por seus 193 países membros. O pacto representa um plano global de combate à fome e à pobreza, em prol da educação de qualidade e da proteção do planeta, com a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas. O objetivo principal da iniciativa é construir um mundo mais desenvolvido e sustentável para as futuras gerações.

Fazem parte dos 17 ODS o estímulo a ações relacionadas às necessidades humanas, como a saúde e a educação, redução das desigualdades sociais e ampliação do acesso a direitos e serviços básicos, tal qual alimentação, erradicação da pobreza, educação de qualidade, igualdade de gênero, energia limpa e acessível, entre outros.

Mas é claro que o cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS não é responsabilidade exclusiva das Nações Unidas. Todos precisamos participar, indivíduos e, principalmente, instituições. Para que os compromissos possam ser cumpridos, governos, sociedade civil, empresas e universidades, entre outros agentes, devem estar engajados.

Frente à importância da atuação das universidades públicas brasileiras nos ODS, a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS passa, a partir de agosto de 2023, a engajar as atividades de extensão realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o cumprimento da agenda 2030. Toda atividade de extensão registrada na UFRGS passará a indicar a qual ODS se refere. Inclusive, já temos registros no Sistema de Extensão de projetos na área temática do Meio Ambiente que já trabalham com os ODS. É o primeiro passo para alcançar uma meta enorme e fundamental.

É frente a estes desafios, e com o espírito de quem assume a responsabilidade pela busca de um mundo melhor, que desejo a todos uma ótima leitura!

Adelina Mezzari

Pró-Reitora de Extensão

Editorial

Revista
da Extensão

Inicialmente, gostaríamos de agradecer ao colega José Antônio dos Santos pela sua valorosa e competente contribuição como Editor da Revista da Extensão da UFRGS entre os anos de 2011 e 2016, e nos últimos dois anos. Ao aceitar o convite para coordenar a equipe editorial, assumimos o compromisso de seguir trabalhando com dedicação neste destacado projeto da nossa universidade. Juntamente com este momento de transição, a revista também está estreando a adoção do sistema online de submissão de artigos para o acompanhamento por parte dos autores do processo avaliativo dos seus trabalhos.

Com a recente implantação da curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, a demanda pelo envolvimento dos estudantes de graduação em ações de extensão deverá aumentar significativamente nos próximos anos. Com isso, tem-se a expectativa da crescente demanda pelo registro e divulgação de tais atividades nos periódicos de caráter extensionista.

Juntamente com este movimento, espera-se a consolidação da identidade da extensão universitária segundo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do MEC). Neste sentido, destaca-se o processo dialógico entre a universidade e a sociedade (“fazer com, e não fazer para”), o protagonismo discente na tomada de decisão e no processo avaliativo das ações, assim como a formação cidadã complementar à formação profissionalizante do estudante.

Neste número 26 da Revista da Extensão trazemos a entrevista com a Maria Gabriela Curubeto Godoy, que tem uma bela carreira docente e extensionista na área da saúde mental. Temos ainda quatro artigos de submissão espontânea tratando de temáticas de grande relevância como a tragédia da Boate Kiss em Santa Maria, a questão social envolvendo a migração venezuelana no Estado de Roraima, o apoio às mulheres e sua vulnerabilidade na sociedade brasileira, e a atuação extensionista do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da nossa universidade que em 2022 completou 30 anos de existência. Também são apresentados nove resumos estendidos convidados, relacionados aos trabalhos de destaque do Salão de Extensão UFRGS 2023. Esperamos que gostem.

Boa leitura!

Renato Ribas

Editor

Sumário

Revista
da Extensão

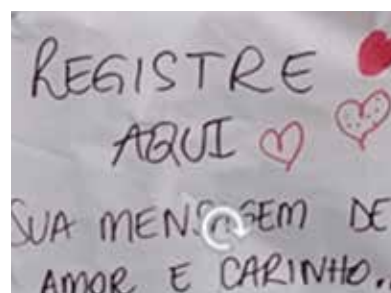
Entrevista com
MARIA GABRIELA CURUBETO GODOY

04



Acolhimento aos familiares das vítimas
da Boate Kiss no Foro Central de Porto Alegre

14



Atividades de formação para o trabalho
com migrantes e refugiados surdos em Roraima:
experiências do programa de extensão MiSordo

23



A Extensão como elo que une e
transforma Universidade-Sociedade

31



40

A GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e
Assessoria Jurídica para Mulheres durante a pandemia
do Coronavírus



48

Premiados do
Salão de Extensão UFRGS 2022

Desenvolvimento de implemento agrícola para adoção
do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)

Letramentos e Educação Antirracista: construindo
diálogos entre a ERER e a formação de professores

Fauna Marinha RS

Oficinas de Teatro na EPA - Narrativas de si e identidades
de pessoas em situação de rua

Gênero e diversidade no ambiente escolar

Curso Pré-Vestibular Popular Liberato e Por Dentro
da UFRGS: A demanda da comunidade para a
transformação social através da educação popular

Fisioterapia pélvica presencial e por teleatendimento no
tratamento da incontinência urinária feminina: relato da
parceria ensino-serviço entre UFRGS e HCPA

Projeto Reconecta UFRGS: Computadores Recondicionados
para Inclusão Digital na Universidade

Projeto Marias: humanização e cuidado no cárcere
feminino



Entrevista com Maria Gabriela Curubeto Godoy

Entrevista: Vicente Fonseca

Transcrição: Brenda Moura

Professora do curso de Saúde Coletiva, Maria Gabriela Curubeto Godoy desenvolveu sua veia extensionista depois de formada. Após cursar Medicina na UFCSPA, viajou a Quixadá, no sertão do Ceará, onde trabalhou por 14 anos no Programa Saúde da Família, atendendo populações vulneráveis da região. Ao retornar a Porto Alegre, já como docente, viu a oportunidade de colocar em prática várias das experiências profissionais que vivenciou em suas atividades de extensão. Nesta entrevista, trazemos o relato de uma professora que entende e pratica a extensão por excelência, tornando-a um lugar de acolhimento e potência para populações que sofrem com a invisibilização, entre outros graves problemas.

Revista da Extensão: Professora, bom dia. Vamos começar pelo início da tua vida acadêmica. Como foi sua trajetória na graduação? Já foste extensionista desde o início?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Eu estudei na UFCSPA, cursei Medicina. Naquela época eu me envolvi mais com pesquisa, pois não havia projetos de extensão entre 1984 e 1989, meu período como estudante de graduação, ou ao menos não que eu me lembre. Acabei me vinculando ao centro acadêmico, que era a instância mais participativa, a que se preocupava com questões sociais da formação médica. Além disso, fui bolsista de iniciação científica. A minha trajetória na Medicina acabou se direcionando para o que a gente chamava de Medicina Geral Comunitária, que era uma residência que tinha no Hospital Conceição (NR: hospital de Porto Alegre que atende pelo Sistema Único de Saúde).

Revista da Extensão: Tu te formaste em Medicina, então?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: É, eu me

formei em Medicina. O nosso curso de Saúde Coletiva é bem interprofissional: temos docentes de oito profissões. Tem gente da Veterinária, dentista, médico, enfermeiro, psicólogo, enfim... é bem variado. E eu já tinha interesse em atuar nesse curso. Por isso é que fui para a Medicina Geral Comunitária, que hoje seria Medicina de Família, onde se trabalha com populações vinculadas às unidades de saúde. Eu e meu marido somos médicos, e ele é professor também. Então, depois disso, fomos atuar no início do Programa Saúde da Família no Ceará, numa cidade do sertão, Quixadá. Ficamos um bom tempo lá, numa proposta de iniciar o Programa de Saúde da Família no Brasil, que é um programa que cria estratégia para saúde da família, surgido em cidades como Quixadá, e depois se espalhou pelo Brasil.

Revista da Extensão: Quando foi isso?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Em 1994. A gente tinha uma opção de trabalhar com populações que precisassem mais, então fomos para o Nordeste. Conhecíamos pessoas

do movimento estudantil, ao qual nós estávamos ligados, e muitas delas (médicos, enfermeiros) foram trabalhar lá. Desenvolvemos uma experiência bem interessante no começo do Programa em unidades de saúde que atendiam à população urbana e rural do sertão - uma realidade bem diferente aqui do Sul. Desde o início da minha trajetória eu tinha esses interesses, mas não a oportunidade de vivenciar a extensão durante a faculdade porque não havia possibilidade. Mas ficamos um bom tempo no Ceará e eu acabei fazendo psiquiatria também. Foram 12 anos ou mais sempre em serviços do SUS, seja atenção básica, seja em CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Nesse tempo no Ceará, fiz o Mestrado em Saúde Pública e depois o Doutorado em Saúde Coletiva. A seguir, voltamos para o Sul: meu filho passou aqui na faculdade e voltamos todos para cá para não ficar tão longe. Eu entrei no Grupo Hospitalar Conceição, no CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas). Daí fiz o concurso para a UFRGS e, como entrei com dedicação exclusiva, saí da assistência e dessas experiências de gestão. Na Universidade, entrei em um curso noturno, que é o de Saúde Coletiva, e comecei a me envolver com a extensão. Acabei me encontrando muito como extensionista, pois acho que tem uma conexão com a minha carreira profissional também.

Revista da Extensão: Essa experiência no Ceará, só pelo teu relato, parece ter despertado em ti essa veia extensionista, enquanto a passagem pelo GHC despertou essa questão de ir para a Saúde Coletiva, práticas de gestão de saúde. Estou certo?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Está certo, porque no Ceará eu tive uma das experiências mais importantes na minha trajetória. Em 1996, eu fiz o primeiro curso de terapeutas comunitários, o de Terapia Intercomunitária Integrativa, que é uma prática integrativa que consta na política nacional das PICS (Práticas Integrativas e Complementares). A terapia comunitária é uma abordagem em grupo, com rodas de escuta,

que foi desenvolvida pelo professor Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará, e se espalhou pelo Brasil. Ele teve formação na França, mas eu me vinculei muito a um grupo que naquela época era oriundo da pastoral e das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), o qual criou o Movimento de Saúde Mental Comunitário do Bom Jardim, que ficava sediado no bairro de mesmo nome, que tinha o pior IDH de Fortaleza. Era uma comunidade periférica muito pobre, com muita violência. Lá teve início uma experiência com um grande amigo meu, que é padre, missionário comboniano, médico psiquiatra e xamã, uma mistura de coisas (risos), o Rino. Ele chegou da Itália e formou um grupo de pessoas vinculadas à pastoral, e promoveu uma formação com o professor Adalberto, que tinha uma experiência em outra região de Fortaleza onde ele iniciou a terapia comunitária e a massoterapia, e algumas práticas integrativas. O Rino puxou essa experiência para o Bom Jardim e fez uma formação para várias lideranças comunitárias, em terapia comunitária e massoterapia, e eu trabalhei com eles. Eu também atuei muito como voluntária, todo meu tempo lá em Fortaleza. Atuei num grupo de autoestima de mulheres.

Revista da Extensão: Como foi essa experiência?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Tinha outra ONG que trabalhava com a questão dos embriões de economia solidária, em 1996, e queria fazer uma formação para mulheres da periferia para complementação de renda, de empreendedorismo. Se uma mulher quisesse, por exemplo, complementar a renda vendendo na praça batatinha frita, cachorro-quente, com o carrinho montado, eles conseguiam um financiamento da Alemanha, e promoviam um curso com as mulheres para que elas pudessem iniciar – elas inclusive recebiam um empréstimo para poder montar sua banquinha. Mas eles logo perceberam que as mulheres não conseguiam se lançar: queriam fazer as coisas, realizavam cursos, mas não iam adiante. Então vieram procurar meu

amigo Rino, e como a gente é da área da saúde mental, percebemos que havia uma questão de auto identidade em relação à pobreza internalizada, no caso, de que “eu não vou conseguir”, “eu sou incapaz”... Então a gente começou esse grupo de autoestima com essas mulheres, para que elas deslanchassem. Trabalhamos várias coisas: grupo de terapia comunitária, de autoestima, massoterapia, e foram se incorporando mais práticas integrativas nessa experiência.

A gente conseguiu também um ponto de cultura... o projeto jovem aprendiz, o PETI (Programa de Erradicação de Trabalho Infantil), que tinha um diferencial grande com o restante dos outros PETIs de Fortaleza, pois trabalhava com as famílias a partir do que se chama de “abordagem sistêmica comunitária”: você cuida as pessoas a partir de diversas práticas de cuidado. Quando essa pessoa melhora, entra no processo que a gente chama de “dar e receber”, da circularidade do cuidado: ela foi cuidada, então agora ela pode ajudar a cuidar de alguma forma. Por exemplo, se ela for manicure, sabe pintar unhas, ela pode oferecer um curso na comunidade para ensinar a pintar unha. Ou seja: ela recebeu cuidados, então a lógica do dar, receber e retribuir é uma noção ampliada de circularidade do cuidado: cuidar de mim, cuidar de nós, cuidar do mundo, e o cuidado volta para nós. Essa é uma concepção que está muito próxima de coisas que eu incorporei em projetos de extensão como o Teko Porã, que significa “bem-viver” em guarani.

Revista da Extensão: Tu desenvolveste também um projeto que capacita os moradores de rua a serem agentes comunitários de saúde para assistir outros. Ele também atua neste sentido, certo? Quem foi cuidado passa a poder cuidar também.

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Sim. Em todos os meus projetos eu tento trazer essa lógica que vivenciei lá no Ceará, a partir dessa experiência que existe até hoje.

Revista da Extensão: Ficaste quantos anos por

lá? Foi bem marcante essa viagem para ti, né?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Sim, eu fiquei 14 anos lá. Tive dois filhos lá, foi uma experiência riquíssima! Quando eu cheguei aqui, entrei na Universidade e, de alguma maneira, busquei sempre ver como que daria pra fazer alguma coisa que se aproxime dessa experiência que eu vivi lá.

Revista da Extensão: Várias questões que tu citaste da viagem têm a ver com este projeto de extensão que mencionei. Tu acabaste de mencionar essa questão de capacitar os agentes comunitários de saúde, mas também as práticas integrativas, saúde mental. Tudo isso tu trabalhaste nos teus projetos de extensão. Há mais aspectos que trabalhaste lá? Afinal, tu tens vários projetos de extensão. Quais outros tu destacarias?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Quando cheguei aqui, comecei a trabalhar com a questão da população em situação de rua. Então tinha o Teko Porã. O que se mantém dele é o grupo de meditação, que virou online na pandemia. Depois eu vinculei vários programas, como a Horta Ecológica da Escola Porto Alegre, que trabalha com população de rua. Conseguimos em 2018 e 2019 um financiamento para fazermos cursos para trabalhar a saúde da população em situação de rua. Então, eu destacaria como projetos: a experiência do *teko porã*, do *bem viver* - que agora tem o grupo de meditação mais especificamente -, e depois tivemos as experiências com a *horta da EPA*. Uma experiência marcante foi a de apresentar o acervo do ateliê de cerâmica e de serigrafia da EPA, do papel artesanal junto às fotos do “A Cara da Rua”, atividade de extensão da professora Daniela Cidade na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Eu sempre tento investir em projetos que mostrem a potência da população de rua, pra tentar trabalhar justamente em cima do preconceito, discriminação, estigma e a invisibilidade à qual essa população está exposta. O acervo com a exposição de obras foi muito lindo e marcante. Fomos com os estudantes



Oficina de Horta agroecológica na EPA
Fonte: Acervo de Maria Gabriela Curubeto Godoy

visitar a Câmara, e havia lá uma exposição de cerâmica. Aí eles viram o local e ficaram impactados: “é aqui que vão ficar as nossas obras?”. Então, em outubro de 2016, inauguramos a exposição “Do Barro Fez-se a Vida” e chamamos todos para estarem lá como artistas. Foi muito interessante a professora de cerâmica, que depois se aposentou, pegando roupa para que eles estivessem bem bonitos e arrumados.

Revista da Extensão: Isso é muito importante para o resgate da autoestima e promover o protagonismo desse público, certo?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Sem dúvida, fundamental. A seguir, realizamos outro projeto importante, que recebeu financiamento do Ministério da Saúde, no qual promovemos cursos para trabalhadores do SUS, do SUAS e também professores da EPA sobre o cuidado e saúde da população em situação de rua. Neste curso, incorporamos o que na medicina narrativa se diz que é “ter a experiência das pessoas das quais tratam o curso como professores na aula”. Então, em todas as aulas havia uma pessoa em

situação de rua, que era indicada pelo pessoal do movimento da população de rua. Por exemplo: na aula de “tuberculose na população em situação de rua” havia alguém que tinha tido tuberculose e que havia conseguido se tratar estando na rua. Ela dava o seu depoimento, contava a questão da tuberculose, dificuldade de tratar tuberculose na rua (os comprimidos são grandes, as vezes não tem água pra engolir),

coisas que às vezes passam despercebidas pelos trabalhadores. Aí chega a segurança pública ou o DMLU para fazer uma remoção: pegam documento, remédios e jogam tudo fora. Então eles se veem obrigados a interromper o tratamento porque “acabou” o medicamento. Esses trabalhadores passam a ter outra visão da realidade a partir do contato com as pessoas em situação de rua. Então, a gente tinha dois ou três professores naquele momento, e um deles sempre era uma pessoa em situação de rua. Isso fez uma diferença na sensibilização dos trabalhadores, porque eles escutavam desde outra perspectiva que às vezes eles nem imaginavam.

Revista da Extensão: Dar esse protagonismo à comunidade externa é a essência do que devem proporcionar as atividades de extensão. Seria essa prática uma inovação na abordagem da saúde da população de rua?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Isso foi o que a gente introduziu aqui, mas não inventamos, já havia experiências em outros locais. Mas para cá foi, sim, uma inovação. Tivemos também outro curso que foi dos agentes promotores da saúde da população em situação de rua. Depois

que formamos os trabalhadores, eles divulgaram entre pessoas que acompanhavam que tinham trajetória de rua - ou estavam na rua, mas em um momento mais organizado, que conseguiam se cuidar. Então, selecionamos agentes e oficinairos da população de rua para fazer a formação como agentes. Tivemos experiências bem interessantes: um dos nossos agentes, nota mil, estava no Viaduto do Brooklyn (NR: viaduto na área central de Porto Alegre) no dia do Prato Feito das Ruas e havia uma banquinha da Secretaria de Saúde com uma servidora que havia sido professora no curso da tuberculose. Ela estava fazendo coleta de exame de escarro da população de rua, viu o nosso agente e o chamou, e eu fui junto. Ele contou que foi para o posto de saúde e viu que mandaram coletar um escarro no banheiro. Havia aprendido no curso que a coleta não pode ser em local fechado. Então, chamou a enfermeira num canto e disse a ele o que tinha aprendido no curso. Ela o elogiou e disse que estava certo e instruiu que coleta ocorresse no quintal do posto. A servidora ficou muito contente com o relato. E pediu ajuda pra localizar o rapaz que estava coletando escarro, porque ele ficava num local que ela não conhecia e o agente sabia onde era. Esse rapaz se vinculou imediatamente ao nosso agente,

falando com ele, pois sabia que também era uma pessoa em situação de rua e se identificou. Até pediu para o agente visitá-lo, mesmo que o exame desse negativo. Disse com intimidade para ele ir antes das cinco da tarde, porque depois ficava “chapado”. Coisas que ele provavelmente jamais diria pra um profissional de saúde... Então, a partir do que trabalhamos nesse projeto, e das experiências, percebemos sua potência - e isso que foi apenas um projeto piloto -, pois eles se vinculam muito mais diretamente com alguém que eles identificam em situação de rua. Eles adoravam mostrar o crachá, dizer que eram agentes, mostrar a camiseta etc. Essas são coisas simbólicas muito importantes, assim como o jornal Boca de Rua, mostrar crachá... Outra delas, que vinha de uma vila, dizia: “é um orgulho sair com a camiseta, pegar o ônibus (eles recebiam vale transporte) e chegar à UFRGS”. A gente escolheu promover as atividades em um prédio bonito da Universidade, uma sala bonita, tinha lanche. E eles chegavam sempre orgulhosos, com suas camisetas, como estudantes da UFRGS. É fundamental que a extensão tenha a questão “extramuros”, mas considero que a gente precisa abrir nossos muros para essas populações chegarem, isso é fundamental também.



Fonte: Maria Laura Suñe

O encontro final desse projeto ocorreu na Sala 2 do Salão de Atos. Formamos equipes com estudantes de graduação, de pós, os agente promotores e osicineiros. Estes estavam sentados junto com os estudantes da UFRGS, faziam o curso juntos, para que esses estudantes vivenciassem a experiência. Eles também eram estudantes naquele momento, junto com a população de rua que estava inserida no projeto como bolsista. Todos eram bolsistas do projeto, havia uma horizontalidade nessa relação, algo fundamental. Além disso, os bolsistas, estudantes da UFRGS que acompanhavam os agentes, aprendiam os itinerários. Eles aprendiam com os agentes quando iam para a rua circular, quem estava ensinando pra eles eram os nossos agentes da rua.

Revista da Extensão: Sim, aquilo que falei sobre o protagonismo da comunidade. Sabemos que os projetos de extensão na área da saúde são muito numerosos dentro da UFRGS. Muitos prestam serviços extremamente importantes, para pessoas que não têm acesso, mas esses projetos que tu desenvolveste trazem um protagonismo importante para a comunidade, e trabalham com diversos públicos: não apenas com os teus alunos, mas servidores da área da saúde, vocês mesmos que coordenam e, principalmente, com esse público que é o objeto do projeto.

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Isso. E quando eles iam para a rua ainda havia o restante da população geral também.

Revista da Extensão: Tu escolheste o curso de Saúde Coletiva em função da tua experiência profissional? Achas que ele favorece a extensão?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Fiz o concurso para Saúde Coletiva porque fiz mestrado em Saúde Pública e doutorado em Saúde Coletiva. Ele possibilita um campo muito amplo, que abre diversas possibilidades. Eu já comecei minha trajetória nele com projetos de extensão. O nosso curso é noturno. Embora eu,

como professora, ofereça muitos projetos de extensão, a gente tem um perfil de estudante que é trabalhador, muitos deles têm dificuldades de se envolver com atividades de extensão em função do horário de trabalho, pois a maioria delas é diurna. Então, os meus projetos de extensão têm estudantes de Saúde Coletiva, mas também de outros cursos. O campo da Saúde Coletiva tem essa abertura para trabalhar com essas populações vulnerabilizadas.

Revista da Extensão: E o impacto na formação dos teus alunos? Imagino que deva ser enorme.

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Eu percebo que eles dizem que “tem sido fundamental”. Eles vão, então, fazendo uma trajetória de escolhas. Por exemplo: teve uma estudante de Nutrição que foi fazer a residência em Saúde da Família. Ela enveredou por uma trajetória que tivesse essa interface mais com a comunidade, também na pós-graduação. Outra, do Serviço Social, está trabalhando diretamente com a população de rua. É interessante que eu encontrei na Conferência Municipal de Saúde de Porto Alegre, ocorrida no último mês de abril, um rapaz trans que me disse: “fui teu aluno no curso sobre saúde da população de rua, e aquele curso foi um divisor de águas pras minhas escolhas depois, pois ver as pessoas em situação de rua me marcou”. O curso tinha 40 horas, era algo mais rápido, mas foi marcante para ele. É importante essa questão desse envolvimento e dessa experiência para formação. Eu percebo também que os estudantes que procuram esse projeto já têm uma afinidade prévia, assim como alguns trabalhadores que vão se inserir em um CAPS, numa equipe saúde da família. Eles vão por gosto, porque querem, e não porque é o trabalho que tem nesse momento. Existem questões na trajetória deles que faz com que se construam essas escolhas. Eu vi muito bem isso no CAPS, quando fiz minha tese de doutorado: os trabalhadores mais envolvidos com questões da comunidade eram aqueles que tinham feito voluntariado na adolescência, já tinham trabalhado com coisas desse tipo, uma afinidade que

vem de longo tempo.

Revista da Extensão: A inserção curricular vai acabar favorecendo esses estudantes que não conseguem ter tanto esse contato durante o dia? Como é que tu enxerga essa situação, principalmente nas tuas práticas extensionistas?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Acho que a curricularização da extensão tem coisas bem interessantes. Ela precisa ser lapidada à medida que vai sendo experimentada. Acho que ela possibilita que estudantes de cursos noturnos possam ter isso, mas a gente também deveria pensar em currículos mais flexíveis, principalmente para o estudante noturno pensar em turnos, dias em que isso pudesse ser inserido, e o próprio curso em si tem um desafio. O meu curso pensou na curricularização da extensão, por exemplo, mas as diversas Unidades de Produção Pedagógica (UPPs), não têm disciplina. Acho que a gente ainda precisa pensar nos cursos como um todo: qual é o projeto pedagógico da inserção curricular da extensão, para que as propostas conversem entre si dentro de um mesmo curso. Temos esse desafio, para que não sejam propostas pontuais, para que não aconteça de eu não saber o que o meu colega faz e que ele não saiba o que eu faço, por exemplo. E pensar no processo de formação desses estudantes, a importância e o sentido disso, porque à noite a gente tem alternativas de escolas noturnas que pegam estudantes adultos, tem algumas atividades que podem acontecer com visitas em locais da cidade um pouquinho mais movimentados. Estudantes vieram me contar que entraram numa reunião do Boca de Rua que aconteceu numa terça-feira à noite, porque a gente tem a questão de ser noturno e ter que pensar as atividades em locais nos quais a gente possa ofertar o acesso e que não sejam perigosos para eles irem.

Revista da Extensão: Queria saber como que vocês atuaram durante a pandemia pra vocês, afinal, vocês têm um contato muito direto com a população...

Maria Gabriela Curubeto Godoy: O projeto dos agentes terminou antes da pandemia, em julho de 2019. Na pandemia, em março de 2020, fizemos uma reunião com mais de 30 entidades para buscar uma proposta de contingenciamento na pandemia da população de rua. Encaminhamos para a prefeitura pedido de abertura das torneiras de todas as praças, água e sabão nos banheiros públicos, aumentar o espaço de acolhimento, alimentação, essas coisas. A partir daí, formamos o projeto de extensão da rede de solidariedade à população de rua. Naquele período, fizemos o mapeamento de todos os voluntários que faziam entrega de comida para ajudar a ter uma noção de quem estava entregando e onde, a fim de não ter replicação de irem dois no mesmo local, no mesmo dia e não ir ninguém em outro. Mantivemos essa rede articulada por grupos de WhatsApp. O outro projeto foi o “Passa e Repassa”, que trabalha com políticas da população em situação de rua. Iniciamos com reuniões virtuais junto a bolsistas que a gente conhecia só pela tela do computador, fazendo levantamento das ofertas da prefeitura para a população de rua a partir de um levantamento dos contratos e termos de colaboração com as Organizações da Sociedade Civil e empresas. Levantamos, por exemplo, quantas vagas eram ofertadas em albergues e abrigos, e constatamos que o número indicado era maior do que o real, pois as vagas foram reduzidas na pandemia para a manutenção do distanciamento social. Então, na verdade, houve uma redução de oferta na pandemia, e a gente começou a tensionar algumas questões: por exemplo, para pensar em políticas para população de rua, é preciso saber quantas pessoas existem na rua, mas não houve mais censo. Porto Alegre foi a única capital que teve redução na população de rua na pandemia, segundo a gestão. Primeiro, em março de 2021, disseram que a população de rua havia aumentado em 38%. Em agosto disseram que não, que tinha menos, só 2.500, ou seja, não tinha nem aumentado. Aí, recentemente conseguimos com a área técnica estadual de saúde da população de rua dados do Ministério da Saúde dos cadastros do prontuário eletrônico do e-SUS,

onde existe um campo para a pessoa marcar se está em situação de rua, e vimos que haviam cadastradas lá mais de 5.700 pessoas. Prometeram retirar 80% da população de rua até o final da gestão, e a gente tem questionado bastante isso, porque o que tem acontecido é remoção atrás de remoção, e sem ofertas pra todo mundo, nem sequer de alimentação. Pelos nossos dados, a oferta de acolhimento ou moradia transitória cobre apenas 25% da população de rua, e a de alimentação 22%. Só está em segurança alimentar da população de rua quem está em abrigo garantido, porque aí tem mais de quatro refeições por dia. Nem no restaurante popular há segurança alimentar garantida, porque o prato é de 1.200 calorias, e um adulto de porte médio precisa de 2.200 em média. E não são apenas as calorias, tem que ver a qualidade da alimentação também... mas enfim, é uma população que está aumentando e está invisibilizada pelo censo do IBGE, pois não entra nos censos. Temos mais de 281 mil pessoas nesta situação no Brasil, pelas estimativas.

Revista da Extensão: Nada disso entra no Censo do IBGE?

Maria Gabriela Curubeto Godoy:

Não, porque o censo é só para domiciliados. Para fazer com a população de rua é outra logística, bem diferente. Há cidades que fazem seus próprios censos. Alguns dos mais recentes ocorreram em 2021 e 2022, como os de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. E mesmo esses casos trazem questionamentos. Um projeto que existe em Belo Horizonte, o Observatório de Políticas da População de Rua, questiona os cerca de sete mil que eles contabilizaram, e estimam que o número, na verdade, é de mais de 11 mil. Então mesmo o censo pode mascarar dados, dependendo de como for feito.

Revista da Extensão: Como estão

as tuas práticas extensionistas hoje? Quais os teus projetos em andamento?

Maria Gabriela Curubeto Godoy: Estamos agora com o “Passa e Repassa”, que é interinstitucional, com uma colega super parceira, da Unisinos, a professora Monika Dowbor. Além disso, eu estou atuando no Jardim da Cura, que tem coordenação da professora Daniela Dallegre, que é da Enfermagem e trabalha com as práticas integrativas em saúde. Faremos uma horta de plantas medicinais num espaço perto do Instituto de Psicologia. Será uma horta desenhada na perspectiva da medicina tradicional chinesa. Também fiz com a Daniela a formação em Auriculoterapia, como aluna. Além disso, continuo no Teko Porã, o qual só acompanho praticamente pelo WhatsApp, pois é um grupo que se autonomizou – se a UFRGS existir, ou não existir, eles continuam! E esse é o sentido da extensão: plantar sementes que deem frutos e criem autonomia e protagonismo da população envolvida.

Revista da Extensão: Professora, queria te agradecer por essa conversa tão rica, e pedir



Fonte: Maria Laura Suñe

para que deixasses uma mensagem final para os nossos extensionistas e leitores.

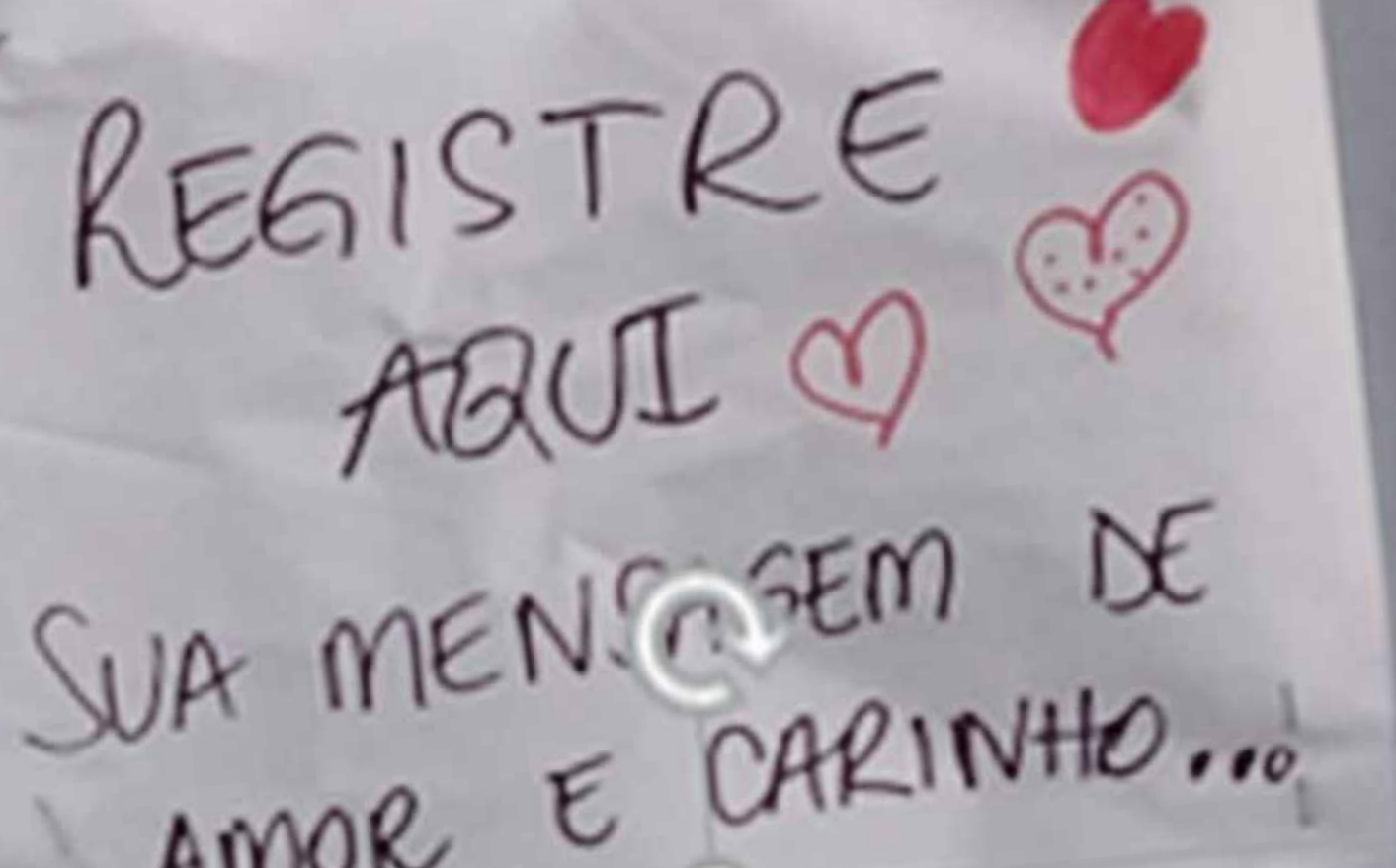
Maria Gabriela Curubeto Godoy:

Acho que a extensão tem papel fundamental. É ela que atua nessa interface com toda questão do impacto social. A gente precisa pensar nessa abertura também da Universidade, fazer mais ações fora, mas também trazer determinadas populações pra dentro da Universidade, dando outro lugar, mostrando para esta população outras possibilidades, outras perspectivas e visibilizando-a para nós aqui da Universidade, para a sociedade. Há muitos guetos sociais no Brasil, e a educação pode começar a criar pontes entre eles. Se trabalharmos essas questões (somos uma universidade pública) com compromisso de transformação social, que para mim é inerente às práticas, não só de extensão, mas um projeto de Universidade. Acho que a gente precisa pensar nesse compromisso nas ações que a gente faz, seja de ensino, seja de pesquisa, seja de extensão, de pensar assim: que mundo a gente quer? Que futuro a gente pretende? Então que práticas a gente precisa desenvolver na Universidade para que nos ajudem a conduzir para uma perspectiva de transformação social, de menos desigualdade, que combata uma série de práticas que não são mais aceitáveis em relação às populações mais



Cartaz da Feira Peregrina - com iniciativas de geração de trabalho e renda da POPRUA
Fonte: Acervo de Maria Gabriela Curubeto Godoy

excluídas (pobres, negras)? Precisamos pensar várias coisas nesse sentido. Inclusive no nosso projeto de bolsista - e eu sempre levo isso em consideração - como a gente teve muitas vagas na população de rua, a gente teve cotas, e acho que foi o projeto que teve mais participação. Era muito bom ver a sala bem colorida, com vários tons de pele. Acho que isso é importante também. ◀



Acolhimento aos familiares das vítimas da Boate Kiss no Foro Central de Porto Alegre

Fernando Riegel, Lucas Daniel Ribas, Jaqueline Ribeiro dos Santos Machado, Ingrid Amaral Soares, Margarita Ana Rubin Unicovsk
Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
e-mail: mar.u@terra.com.br

Resumo

Objetivo: relatar a experiência vivenciada pelo professor e estudantes no acolhimento às famílias e sobreviventes da tragédia de Santa Maria no julgamento da Boate Kiss, o qual ocorreu no Fórum central de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Método:** relato de experiência embasado na Teoria Nursing as Caring de Anne Boykin e Savina Schoenhofer. Participaram das ações do projeto de extensão três estudantes de enfermagem e um professor. Os relatos foram gravados em áudio e vídeo e transcritos para análise e discussão posteriormente. Para análise e descrição da experiência, utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin. **Resultados e discussão:** O acolhimento às famílias e sobreviventes da tragédia que vitimou 242 pessoas foi realizado numa tenda montada ao lado do Fórum Central de Porto Alegre destinado para atendimento e suporte aos familiares. Os estudantes de enfermagem ofereceram acolhimento, escuta ativa e solidária às mães, pais e demais familiares das vítimas durante os

dias de realização do julgamento. **Considerações finais:** a experiência vivida contribuiu para amenizar o sofrimento das famílias e dos sobreviventes atendidos pelos estudantes de enfermagem. Os relatos pessoais dos participantes denotam a importância de ações solidárias como essa na complementação da formação, com vistas ao desenvolvimento do pensamento crítico e holístico, cuidado humano e solidário.

Abstract

Objective: to report the experience lived by the students and professor in welcoming the families and survivors of the tragedy of Santa Maria in the judgment of the Boate Kiss in the central Forum of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Method:** experience report based on the Nursing as Caring Theory by Anne Boykin and Savina Schoenhofer. Three nursing students and a professor participated in the actions of the extension project. The reports were recorded in audio and video and then transcribed for analysis and discussion. For analysis and description of the experience, we used the content analysis proposed by Bardin. **Results and discussion:** Families and survivors of the tragedy that killed 242 people were welcomed in a tent set up next to the Porto Alegre Central Forum for care and support for family members. The nursing students offered welcome, active and supportive listening to the mothers, fathers and other relatives of the victims during the days of the trial. **Final considerations:** the lived experience contributed to alleviate the suffering of families and survivors assisted by nursing students. The personal reports of the participants denote the importance of solidarity actions like this one in complementing training, with a view to the development of critical and holistic thinking, humane and solidary care.

Keywords: nursing theories; family; health vulnerability; solidarity; nursing.

Introdução

O contexto atual que envolve o ensino em saúde enfatiza a importância da formação de profissionais que tenham competência para pensar crítica e holisticamente com vistas à atuação em cenários adversos e complexos, como uma pandemia. Para isso, é imprescindível ensinar e desenvolver as habilidades cognitivas, comportamentais e hábitos mentais essenciais ao pensamento crítico, tais como: análise, interpretação, inferência, avaliação, explicação e autorregulação. Além dessas habilidades características de fortes pensadores críticos, podemos destacar hábitos mentais vitais como: mente aberta, transformação do conhecimento, ser organizado no pensamento, raciocinar com confiança, tomar decisões maduras, antecipar consequências, ser corajoso em seguir razões e evidências onde quer que o conduzam, curiosidade na busca por novos conhecimentos, adaptabilidade,

criatividade e desenvoltura na resolução de problemas, perseverança e perspectiva contextual (FACIONE *et al*, 2021).

Nesse sentido, destacam-se modelos de ensino focados no desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico holístico, no cuidado centrado no paciente e nas necessidades singulares de cada indivíduo, possibilitando o exercício da escuta ativa e qualificada das queixas, dos sentimentos e das emoções, ou seja, os subsídios teórico-práticos necessários à humanização da assistência num genuíno encontro de cuidado a ser experienciado no percurso formativo dos profissionais da área da saúde, especialmente na enfermagem (RIEGEL, CROSSETTI, 2020).

Assim, para o exercício do cuidado amoroso e restaurador da saúde dos indivíduos, ressalta-se a importância da aplicação prática da

Enfermagem como teoria do cuidar, a qual se refere à entrada no mundo do outro com intencionalidade e presença autêntica; iniciar o "cuidado entre" o ser cuidado e o enfermeiro, oferecendo um convite direto para compartilhar o que importa no momento do encontro de cuidado (BOYKIN & SCHOENHOFER, 2013). Considerando a aplicação da Teoria da Enfermagem de como Cuidar de pessoas vulneráveis, faz-se importante destacar a aplicação dos seis ingredientes do cuidado descritos por Mayeroff, a saber: conhecer, alternar, ritmo, honestidade, confiança, humildade, esperança, coragem, paciência, além dos seis "C's": compaixão, competência, confiança, consciência, compromisso e comportamento (BOYKIN & SCHOENHOFER, 2013).

Frente ao exposto, a questão norteadora deste relato foi: quais as contribuições da Enfermagem como teoria do cuidar em contextos complexos e adversos envolvendo vítimas de tragédias e catástrofes? O objetivo foi relatar a experiência vivenciada pelo professor e estudantes no acolhimento às famílias e sobreviventes da tragédia de Santa Maria no julgamento da Boate Kiss no Fórum central de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Método

Trata-se de um relato de experiência (POLIT, BECK, 2018) com base na Teoria de Enfermagem como Cuidar de Anne Boykin e Savina Schoenhofer. Três estudantes de enfermagem e uma professora participaram das ações do projeto de extensão in loco. Os relatos dos alunos e do professor foram gravados em áudio e vídeo, os quais foram transcritos para análise e discussão posteriormente.

Para análise e descrição da experiência, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Na tentativa de aproximar o leitor da experiência vivida, utilizou-se vídeos e imagens elaborados pelo professor e estudantes de enfermagem que atuaram no acolhimento das famílias e montado

durante uma semana de atividades.

Resultados e Discussão

A experiência vivenciada no acolhimento às famílias e sobreviventes da tragédia de Santa Maria que vitimou 242 pessoas, dentre essas em sua maioria jovens universitários de 18 a 25 anos de idade, foi realizada, no período de 01 de dezembro a 09 de dezembro de 2021, numa tenda montada ao lado do Fórum Central de Porto Alegre. O local foi destinado para atendimento e suporte aos familiares durante todo o período do julgamento dos réus.

Neste local foi oferecido atendimento de enfermagem, psicologia, fisioterapia, práticas integrativas e complementares, além do suporte às necessidades humanas básicas de alimentação, acolhimento das angústias e sentimentos através de rodas de conversas e atendimento individualizado. As atividades foram realizadas em três turnos, incluindo: manhã, tarde e noite, os estudantes realizaram as atividades em turnos alternados, totalizando 40 horas de ação direta aos familiares e sobreviventes.

Os estudantes da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ofereceram acolhimento, escuta ativa e solidária às mães, pais e demais familiares das vítimas durante os dias de realização do julgamento. Das atividades realizadas destaca-se: a verificação de sinais vitais e a orientação em relação ao uso contínuo de medicamentos. Os estudantes cantaram e tocaram violão com os familiares como uma forma de diminuir o estresse, a tensão, a dor e sofrimento dos familiares que reviveram todo o sofrimento daquele trágico dia 27 de janeiro de 2013. Foram quase 9 anos aguardando por justiça e enfim o julgamento trouxe um pouco de alento para essas famílias. As atividades foram avaliadas positivamente e muito elogiadas pelos familiares e sobreviventes atendidos durante o período da ação.

Há de se destacar que a abordagem de contextos

complexos e adversos geralmente não está contemplada em agenda permanente na formação dos estudantes da área da saúde, especialmente da enfermagem, por isso, uma oportunidade como essa foi avaliada como sendo essencial para complementar a formação dos enfermeiros, com vistas ao desenvolvimento do pensamento crítico e holístico, da visão ampliada de cuidado e da aplicação dos pressupostos teóricos e filosóficos das teorias de enfermagem, especialmente da Teoria de Enfermagem como Cuidar - *Nursing as Caring* de Boykin e Schoenhofer. Por se tratar de uma ação social, humanitária de caráter solidário e que incluiu profissionais de diversas áreas, tais como: enfermeiros, psicólogos fisioterapeutas, psiquiatra, assistentes sociais e profissionais de práticas integrativas e complementares, a experiência oportunizou aos estudantes vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar, desenvolvendo habilidades e competências específicas exigidas na formação dos enfermeiros. O ambiente tenso, adverso, permeado de sentimentos e emoções possibilitou vivências singulares e que em outros encontros de ensino-aprendizagem não seriam possíveis de serem vivenciadas. Os estudantes realizaram uma análise das atividades desenvolvidas, na ocasião, relataram a realização acadêmica, sentimento de pertencimento às equipes, elevação da autoestima enquanto estudante de enfermagem, sentimento de valorização e reconhecimento pelo trabalho desempenhado por parte das famílias e sobreviventes da tragédia.

O ambiente tenso, adverso, permeado de sentimentos e emoções possibilitou vivências singulares e que em outros encontros de ensino-aprendizagem não seriam possíveis de serem vivenciadas. Os estudantes realizaram uma análise das atividades desenvolvidas e puderam verificar o impacto da ação desenvolvida, tal análise proporcionou realização acadêmica, sentimento de pertencimento às equipes, elevação da autoestima enquanto estudante e sentimento de valorização e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por parte das famílias e

sobreviventes da tragédia.

A experiência vivenciada pelos estudantes impactou profundamente na constituição do "eu" profissional a partir do encontro de cuidado pelo qual foi viabilizada a aplicação dos pressupostos teóricos e filosóficos da teoria *Nursing as Caring* de Boykin e Schoenhofer, o que fica evidente nos relatos descritos a seguir dos estudantes, Lucas Daniel Ribas e Jaqueline Ribeiro dos Santos Machado do quarto semestre do curso de graduação em enfermagem.

"O período em que nossa equipe prestou atendimento e acolhimento às famílias e sobreviventes da tragédia de Santa Maria em 2013, na Boate Kiss, nos proporcionou uma experiência ímpar, trouxe perspectivas e experiências que nunca esquecerei. Vivemos com eles muitas sensações, sentimos suas dores e comemoramos suas vitórias, trabalhando uma das mais importantes habilidades humanas: a empatia. Aprendemos muito sobre o luto, e como ele se manifesta de forma diferente para cada um, mas que todos sentiram. Houve momentos de descontração, de seriedade e outros em que as memórias vinham à tona e suas histórias eram contadas, o que nos tocou profundamente. Cada um manifestou o luto de uma forma diferente, alguns mais abertos e outros mais reservados. Foi preciso ter o manejo e adaptabilidade para conseguir alcançar a cada um de forma mais íntima. Sou extremamente grato por poder ter participado deste acolhimento e de ter conhecido essas famílias, pois sinto que o que aprendemos e as experiências que tivemos com eles são incomparáveis. Além disso, o senso de realização sem dúvida foi marcante e encorajador. Quando cantávamos e tocávamos com eles; quando nos sentávamos e conversávamos por horas seguidas; quando os abraçávamos, podíamos sentir a sua gratidão por estarmos juntos. Conforme os dias foram passando, os familiares foram estabelecendo uma relação de confiança e foram acostumando-se com a nossa companhia, o que tornou o dia de separação doloroso e evidenciou ainda mais o quanto apreciavam nossa presença. Sentimos a manifestação

da essência do cuidado humano e solidário e foi uma dádiva fazer parte disso". (Lucas Daniel Ribas)

"Tive receio, mas enfrentei... A sensação que tive foi a de estar assumindo uma grande responsabilidade, sensação de não estar pronta e preparada, mas durante os trabalhos na tenda, a cada elogio, a cada carinho recebido pelos familiares e vítimas, fui me sentindo melhor, sentia que estava no caminho certo. Os familiares atendidos me fizeram sentir e saber que serei uma grande enfermeira. Isso me deixou orgulhosa, honrada e esperançosa. Quando o veredito foi anunciado, pude ver a emoção de cada um, cada reação, choros, saltos, gritos de vitória, frustrações, tudo isso me fez ver a dor e esperança que cada um sentiu, passou e o quão significativo foi para eles. E, da minha parte, quando nos despedimos, tive a sensação de dever cumprido! Parece que vivenciei um estágio intensivo e de saúde mental. Foi "pesado", não foi fácil ouvir aquelas histórias, tentar compreender a dor da perda daquelas pessoas, mas foi gratificante. Ao término das atividades, não considero que o que tivemos foi uma despedida. Nos despedimos do trabalho sim, mas não da amizade que criamos. Formamos um grupo de WhatsApp com as vítimas e familiares e conversamos através deste canal de comunicação. Após o julgamento, fui convidada para uma confraternização do grupo de familiares e sobreviventes antes da partida para seus municípios de origem. Mantemos o contato até hoje, a amizade iniciou naquele primeiro dia de ação para uma vida toda. Agradeço imensamente pela oportunidade ao Prof. Dr. Fernando Riegel, aos colegas de curso, às famílias, às vítimas sobreviventes e a todos (os) profissionais envolvidos, desde a Equipe do Fórum até a Equipe da Tenda, pois foi uma troca e me senti muito bem acolhida. Meu trabalho foi considerado como se eu já fosse uma profissional, uma enfermeira formada de fato. Todos foram humanos e acolhedores. Quando fui convidada para participar, senti a sensação de alegria e desafio, pois não sabia o que esperar e se de fato conseguiria alcançar os objetivos do

projeto e suprir as demandas daquelas pessoas, pois seria um trabalho que demandaria uma boa capacidade de equilíbrio emocional e psicológico para proporcionar leveza aos envolvidos. A ideia do acolhimento era realmente tentar cuidar daquelas pessoas naquele momento, um momento delicado, uma vez que fazia com que relembassem e revivessem todas as emoções experienciadas no dia da tragédia. Quando aconteceu o incêndio da Kiss, na época, eu, Jaqueline, era mãe de duas crianças e uma delas recém havia completado 3 anos e lembro de passar um tempo imaginando a tristeza que aqueles pais e mães passaram - a dor da perda de um filho. A mídia noticiou muito aquela tragédia, e para mim foi e é algo que não será esquecido, pois mesmo sendo mãe, sou jovem e gosto de frequentar danceterias e casas noturnas, mas não há um local que eu entre, mesmo em shoppings, que não me faça lembrar de verificar a segurança em relação a possíveis incêndios, verificar saídas de emergência, extintores e sinalização. Desde o ocorrido na Kiss, fiquei um pouco mais cautelosa quanto a segurança dos locais de modo geral. E quanto à experiência, nunca imaginei ter a oportunidade de conversar pessoalmente com familiares e nem com as vítimas daquela tragédia. Logo que surgiu a oportunidade, não pensei duas vezes em participar, valorizando a experiência, a oportunidade de aprender a ser uma enfermeira que sabe agir em situações que exigem cuidado holístico/integral, incluindo a assistência psicossocial, pois isso mostra e nos traz o lado mais humano da profissão. Pude, junto com o professor Fernando e meus colegas, trabalhar com outros profissionais de saúde aplicando as práticas integrativas durante o acolhimento. Gosto muito de cantar, desde pequena, e quando o professor sugeriu levarmos algo para auxiliar nesse acolhimento, levei a minha voz e o violão. Pudemos então formar um quarteto e cantar canções equilibradas e inspiradoras - canções de superação para o momento. Afinal, a música também é considerada uma terapia e ainda é aplicada nas práticas integrativas em saúde. Além das canções selecionadas, também cantávamos as canções sugeridas pelas

famílias. Foi uma experiência incrível, pois entre cada música percebia as emoções dos familiares ao cantar conosco e o que marcava era a esperança pela justiça. Com relação ao aprendizado do curso, a experiência me possibilitou aplicar aquilo que aprendi durante o curso, como a escuta ativa e acolhedora. Pude avaliar os sinais vitais dos familiares e, junto ao professor, aconselhar e revisar prescrição e aprazamento de medicamentos utilizados. Posso dizer que tive a oportunidade de realizar uma "Sólida e gratificante consulta de enfermagem". (Jaqueline Ribeiro dos Santos Machado).

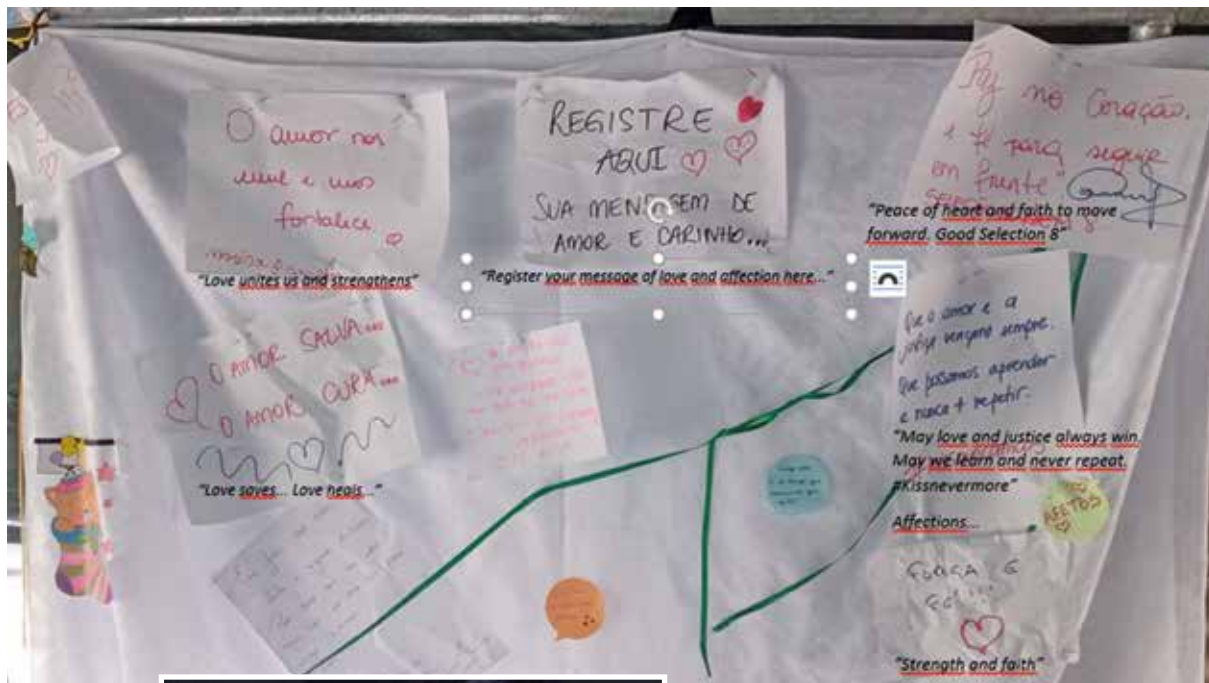
A partir dos relatos dos estudante Lucas e Ingrid, fica evidente o que a Teoria Nursing as Caring postula, ou seja, o foco único da enfermagem é nutrir as pessoas a partir do entendimento do que elas estão vivendo - o cuidar no momento demandado e crescendo no cuidar a cada momento. A nutrição oferecida pela enfermagem envolve reconhecer, afirmar e celebrar as pessoas importando-se e apoiando-as em suas maneiras únicas de crescer no cuidado (SCHOE-NHOFER, BOYKIN, 1999). Apresentam-se a seguir, imagens da ação realizada junto às famílias e sobreviventes da tragédia durante o julgamento no Foro Central de Porto Alegre:



Estudantes diante da tenda que concentrou as atividades oferecidas aos familiares e sobreviventes da tragédia de Santa Maria



Estudantes cantam e tocam violão para os familiares e sobreviventes da tragédia de Santa Maria



Painel criado pelos estudantes para expressão de sentimentos e mensagens de carinho aos familiares



Estudante Jaqueline Ribeiro dos Santos Machado aferindo sinais vitais

Na experiência que os estudantes vivenciaram, eles puderam nutrir na prática os familiares das vítimas, entrando no mundo de sofrimento e luto permanente que essas pessoas vivem, proporcionando maior consciência de si e do mundo à sua volta, buscando criar uma

atmosfera de restauração da saúde psíquica e física por meio do cuidado amoroso. A atmosfera amorosa permitiu a expressão do cuidado amoroso autêntico e do carinho verdadeiro do ser que cuida e do ser que é cuidado – estabeleceu-se um vínculo amoroso e permanente tão

poderoso que os familiares pediram para os estudantes continuar o atendimento até o último dia, além de solicitar a participação desses estudantes e professor na confraternização de despedida da cidade antes do retorno aos seus lares e cidades de origem. Essa foi a pura expressão de um cuidado exercido com amor e carinho tão necessário na atualidade.

As expressões de cuidado e valores alcançados pelos estudantes e podem ser identificados na tabela descrita, a seguir:

mútuo, no qual busca-se conhecer os seres humanos que cuidamos em sua singularidade através de expressões de carinho. Entramos na relação com os familiares e sobreviventes na intenção de conhecê-los como pessoas atenciosas, nutrindo-os harmoniosamente num contexto que o cuidado pode vir à tona e floresceu livre e criativamente (BOYKIN, SCHOENHOFER, 2013; SCHOENHOFER, BOYKIN, 1997). Neste contexto de cuidado, há de se enfatizar que o cuidado amoroso, sob a ótica da teoria *Nursing as Caring*, envolve a expressão de como

Expressões do cuidado	Valores experienciados
Respeito	Autoconfiança
Amor	Compromisso com a honestidade
Humildade	Colaboração e trabalho solidário em equipe
Coragem	Compreensão do sentido de enfermagem como profissão
Esperança	Conhecimento de si como ser humano
Confiança	Amoroso e bondoso na experiência de cuidado
Aceitação	Compromisso com objetivos mútuos apoiados
Pertencimento	
Mutualidade	
Autoconhecimento	
Comprometimento	
Compartilhamento de intenções	
Presença	
Encorajamento	

Tabela – Expressões do Cuidado e valores experienciados na perspectiva dos estudantes
Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Os estudantes e professor não estavam preocupados unicamente com o diagnóstico de um problema e como tratá-lo, mas com a potencial intenção de participar de um relacionamento

o viver de valores da prática e o saber de enfermagem ocorrem dentro do contexto da situação de enfermagem. Neste caso, a situação de enfermagem é uma experiência vivida e

compartilhada em que o cuidado entre a enfermeira, neste caso, os estudantes de enfermagem e o paciente (Familiares e sobreviventes) potencializam sua personalidade (BOYKIN, SCHOENHOFER, 2013; SCHOENHOFER, BOYKIN, 1997).

A enfermeira (estudante de enfermagem) traz para essa experiência a plenitude de seu ser - sua integridade. A intenção da enfermeira é conhecer e nutrir a pessoa em sua integridade e saber quem é o ser humano sob seus cuidados, como uma pessoa que vive e se preocupa exclusivamente com o momento. Dentro da mutualidade da relação de enfermagem, a enfermeira (Estudante de enfermagem) também corre o risco de se permitir ser conhecida como uma pessoa atenciosa (SCHOENHOFER, BOYKIN, 1997). A partir dos pressupostos teóricos da *Nursing as Caring* foi possível cuidar dos familiares e sobreviventes com foco nos seres humanos que são, observando o lugar que vivem, sua cultura, seus sentimentos, seu interior como pessoa humana. Além disso, num encontro de cuidado entre um “eu” e um “tu” repleto de amor carinhoso e confiança, possibilitou-se experienciar através do diálogo uma situação complexa de grande

tensão e sofrimento com resultados positivos para a saúde física e mental dos familiares e sobreviventes atendidos (BUBER, 1977).

Considerações finais

A experiência vivida contribuiu para amenizar o sofrimento das famílias e dos sobreviventes atendidos pelos estudantes de enfermagem no âmbito do projeto de extensão. Os relatos pessoais dos participantes denotam a importância de ações solidárias como essa na complementação da formação, com vistas ao desenvolvimento do pensamento crítico e holístico, cuidado humano e solidário, trabalho interdisciplinar, competências e habilidades essenciais à formação do enfermeiro, senso de responsabilidade social e visão holística do cuidado. Por fim, verificou-se a importância do embasamento teórico filosófico e aplicação prática das teorias de enfermagem no contexto do cuidado e de projetos de extensão e pesquisa em todas as esferas do conhecimento, especialmente em contextos adversos e complexos de cuidado, a adequada aplicação da teoria *Nursing as Caring* no cotidiano do cuidar em enfermagem pode transformar a vida e a experiência de cuidado dos indivíduos. ◀

Referências

- Facione PA, Facione NC, Riegel F, Martini JG, Crossetti MGO. **Holistic critical thinking in times of covid-19 pandemic: unveiling fundamental skills to clinical nursing practice** [editorial]. Rev Gaúcha Enferm. 2021;42:e20210235. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20210235>
- Riegel F, Crossetti, MGO. **A Theoretical Model to Measure Holistic Critical Thinking in the Teaching of Diagnosis Process in Nursing**. Pensamiento Actual. 2020; 20(34): 128-137. Disponível em: <https://doi.org/10.15517/PA.V20134.41880>
- Boykin A., Schoenhofer SOB. **Nursing as Caring: a model for transforming Practice**. NLN Press. JBP, 2013.
- Polit DF, Beck CT. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- Bardin L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- Schoenhofer SO, Boykin A. **The value of caring experienced in Nursing**. 5 Th Reflective Practice Conference 23/25 June, 1999, University of Cambridge, England.
- Boykin A, Schoenhofer SO. **Reframing Outcomes: Enhancing Personhood**. Advanced Practice Nursing Quarterly, 1997.
- Buber M. **Eu e tu**. 5ª ed. São Paulo: Moraes; 1977.



Atividades de formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos em Roraima: experiências do programa de extensão MiSordo

Thaisy Bentes¹, Adriane Melo de Castro Menezes²

¹Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará;

²Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima

e-mail: thaisy.souza@ufopa.edu.br

Resumo

Neste trabalho, apresenta-se as ações e reflexões sobre o projeto de extensão, “Formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos” que integra o Programa de Extensão Migrante Surdo (MiSordo), da Universidade Federal de Roraima. Como projeto extensionista objetiva estabelecer a conexão dos conhecimentos produzidos na universidade com a comunidade local. Nesse sentido, as ações de formação do projeto priorizam o saber existente da comunidade, no caso, a comunidade migrante e refugiada surda venezuelana e suas demandas de atenção nos aspectos de acesso aos direitos humanos e de bem-estar socioafetivo e econômico. Na mesma direção, a formação de agentes humanitários, de tradutores e intérpretes de língua de sinais possibilitam e garantem, em certa medida, a condução de uma relação política com os setores da sociedade civil, instituições de

migração e governo local para a maior inclusão social destes sujeitos.

Palavras-chave: migrantes; surdos; comunidade.

Resumen

En este trabajo se presentan las acciones y reflexiones sobre el proyecto de extensión universitaria, “Formación para el trabajo con sordos migrantes y refugiados”, que integra el Programa de Extensión Migrante Sordo (MiSordo), de la Universidad Federal de Roraima. Como proyecto de extensión, pretende establecer una conexión entre el conocimiento producido en la universidad y la comunidad local. En este sentido, las acciones formativas del proyecto priorizan los conocimientos existentes de/ en la comunidad, en este caso, la comunidad venezolana sorda migrante y refugiada y sus demandas de atención en aspectos de acceso a los derechos humanos y bienestar socio-afectivo y económico. En la misma dirección, la formación de agentes humanitarios, traductores e intérpretes de lengua de señas posibilita y garantiza, en cierta medida, la conducción de una relación política con sectores de la sociedad civil, instituciones de migración y gobierno local para una mayor inclusión social de estos sujetos.

Palabras clave: migrantes; surdos; comunidade.

A crise na Venezuela, acentuada a partir de 2016, trouxe grandes impactos para o Brasil, principalmente para o estado de Roraima, que sendo fronteira direta pelas cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uarén foi a principal porta de entrada dos refugiados do país vizinho. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou emergência sanitária provocada pela disseminação do novo coronavírus como uma pandemia. A pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2 (COVID-19) obrigou diversos países a buscarem estratégias de contenção da doença. No Brasil, dia 17 de março de 2020, o Ministério da Saúde decretou novas medidas de prevenção como o uso de máscaras e distanciamento social. Com isso, escolas e universidades pararam suas atividades e medidas de continuação das aulas foram sendo planejadas a partir das tecnologias.

Com a autorização do Ministério da Educação (MEC) para a substituição de aulas presenciais por virtuais, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) retomou suas atividades lançando o Programa “UFRR no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus”, com uma chamada pública para composição de para

projetos e ações de extensão voltados às comunidades mais vulneráveis diante da emergência sanitária¹.

Antes disso, a parceria da Pastoral do Surdo de Boa Vista e da Associação de Surdos de Roraima com o Curso Letras Libras Bacharelado da UFRR desenvolvia ações de acolhimento e inserção social de surdos migrantes participantes das ações da Igreja Católica, em Roraima. Com a pandemia, as atividades da Igreja foram suspensas. Assim, a chamada da UFRR proporcionou a criação do projeto “Rede de Colaboradores: acessibilidade linguística a migrantes surdos no período de pandemia”. Com o aumento das demandas, foi necessário a criação de um Programa, ainda em 2020, que vislumbresse amenizar as lacunas sócio-políticas urgentes devido a situação de grave vulnerabilidade social da comunidade surda venezuelana no estado. Nessa emergência, foi criado o programa de apoio a migrantes e refugiados surdos (MiSordo). O programa foi rapidamente expandido com o auxílio das tecnologias de comunicação com a colaboração

1. Mais informações disponíveis em: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/6259-ufrr-realiza-projeto-de-enfrentamento-a-pandemia-covid19-2>.

de pessoas de outros lugares do Brasil e de outros países. (BENTES, TEÓFILO, PAIVA, 2020).

Um das frentes de atenção do Programa é a oferta de conhecimento sobre as especificidades da situação dessa parcela de migrantes e suas questões de acesso aos direitos humanos linguísticos. Nesse contexto, para tentar responder a essas questões e dialogar com a sociedade em busca de inserção social para o grupo, o projeto “Formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos no Brasil” foi criado no início de 2021.

É nessa realidade que este relato traz a descrição das ações formativas do projeto, apresentando o cenário complexo de atuação e refletindo sobre como as ações-diálogos tem contribuído para a inserção do tema nas pautas acadêmicas e vislumbrado uma discussão nas políticas públicas, principalmente as políticas migratórias e o estabelecimento do diálogo ensino-extensão na formação de alunos do curso de tradução e interpretação de Línguas de Sinais. Assim, as seções trazem a descrição das ações para três públicos-alvo prioritários: agentes comunitários, tradutores/intérpretes e comunidade surda venezuelana. Bem como as perspectivas e abordagens metodológicas das ações desenvolvidas no âmbito do programa MiSordo e as considerações sobre o impacto no estado de Roraima.

Ações formativas e as metas do Programa MiSordo

Entendendo que a extensão universitária “procura contribuir com uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social em nosso país” (PEREIRA, 2013, p. 12), o projeto Formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos, doravante Formação, tem objetivado criar espaços de conhecimentos e também dar espaço a divulgação de uma área pouco conhecida - a

interpretação comunitária, como também inserir o tema nas áreas historicamente atreladas à migração como, por exemplo, o Direito, as Relações Internacionais e a Assistência Social, entre outros.

Nessa linha, o Programa MiSordo possui várias frentes de trabalhos, sempre demandado pelas necessidades das próprias comunidades envolvidas. Todas as ações correspondem ao envolvimento do acolher, escutar e apoiar o estabelecimento no Brasil e a garantia de acesso aos direitos humanos do grupo de surdos em condição de maior vulnerabilidade. O projeto de Formação vai ao encontro dessa parcela de migrantes em busca dar visibilidade e colaborar com as possibilidades de (des)construção sobre esses sujeitos na sociedade, começando pela inserção nas discussões acadêmicas formais.

Nesse viés, ações aventadas tem se inclinado em trazer à tona a necessidade de um olhar específico para uma comunidade linguística em situação de maior vulnerabilidade e pôr em voga os meios de acolher atuais das agências de migração internacionais. Assim, o projeto objetivou promover ações que provocassem maior participação social e acesso aos direitos para surdos venezuelanos, por meio da oferta de cursos, minicursos e oficinas de línguas de sinais, identidade, cultura surda e direito internacional e do diálogo com agências, grupos e instituições que trabalham no cenário das migrações internacionais. O projeto buscou ainda atender os aspectos formativos e promover conhecimento ao inserir as discussões em diferentes setores e áreas do conhecimento.

A caracterização das ações formativas tem foco nos três grupos mais envolvidos nas frentes de trabalho, são eles: Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais-TILS, agentes humanitários (trabalhadores das agências de migração internacional, das ONGs e das instituições religiosas que prestam serviços a migrantes) e, claro, a

própria comunidade surda venezuelana (e a brasileira de certo modo), como apresentamos na Tabela 1.

PÚBLICO-ALVO	AÇÃO
TILS	Curso interpretação comunitária para migrantes e refugiados
	Rodas de conversas/Palestras
	Encontros de relações humanas e saúde mental
	Curso de tradução acadêmica
	Cursos de migração, refúgio e direito internacional
Comunidade surda migrante	Cursos de Libras como língua de acolhimento
	Encontros de relações humanas e saúde mental / Espaço de escuta
	Projeto espaços seguros para mulheres
Agentes humanitários e sociedade em geral	Cursos de Libras
	Cursos de LSV
	Minicurso migrantes surdos: línguas, identidades e diferenças em situação de refúgio
	Minicurso Línguas de Sinais, migração e fronteiras
	Minicurso Educação intercultural e translinguagem na/da perspectiva de migrantes surdos em sala de aula
	Minicurso Interpretação Comunitária: uma prática política e social de mediação linguística
	Minicurso Políticas Linguísticas para as comunidades surdas e as Línguas de Sinais

Tabela 1. Público-alvo e ações desenvolvidas 2021-2022. Fonte: MiSordo (2022)

Diante do exposto, compreendendo que os surdos venezuelanos ao fazerem parte de uma minoria linguística e cultural, chegam ao Brasil com sua língua e cultura acentuada pelas vulnerabilidades própria dos processos migratórios e as decorrentes da imagem enquanto considerados pessoas com deficiência. Muitos surdos venezuelanos são usuários da Língua de Sinais Venezuelana - LSV. Em sua maioria, a LSV figura como primeira língua e o espanhol escrito como segunda ao passo que nem todos

que chegam são usuários da LSV².

As iniciativas do projeto, como apresentadas na

Tabela 1, vislumbram promover o diálogo com a comunidade migrante à medida que as relações de acolhimento aconteciam. Cabe ressaltar que algumas ações foram ofertadas por projetos parceiros como, por exemplo, o curso Migração, refúgio e direito internacional foi ofertado pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o curso Tradução Acadêmica ofertado pelo

Programa Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais na esfera jurídica (TILSJUR)³, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nas seções seguintes detalhamos cada ação realizada em diálogo com os saberes produzidos pelo público envolvido.

2. Cabe ressaltar que nem todos os surdos venezuelanos que chegam ao Brasil sabem a LSV ou o Espanhol escrito. Há surdos, como alguns participantes da oficina de Libras realizada no PTRIG, que não sabiam a língua de sinais e oralizavam algumas palavras em Espanhol e outros que utilizavam sinais caseiros. Neste mesmo curso, participou uma mãe e sua filha. Elas haviam criado um sistema de códigos entendido somente por elas. A filha ouvinte interpretou a oficina para a mãe surda no sistema por elas criado.

3. Recomenda-se ver as demais ações promovidas pelos projetos parceiros em: <https://tilsjur.paginas.ufsc.br/> e <https://www.ufrgs.br/gaire/>.

Formações para Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

A iniciativa de um projeto voltado a comunidade surda venezuelana foi inicialmente idealizada por discentes do curso de Letras Libras Bacharelado da UFRR, em atenção às demandas de acesso à informação dificultadas ainda mais pela pandemia⁴. Desde os primeiros momentos de realização do projeto, os desafios diante das línguas e das situações relacionadas à migração que foi se percebendo estar diante de um campo de atuação que a graduação (formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português) não previa. (BENTES, ARAÚJO, 2021).

Com isso, entender sobre os aspectos de refúgio, migração e direito internacional, bem como a língua da comunidade migrante foram as primeiras situações a serem investigadas pela equipe do programa. Para tentar dar conta e refletir sobre as situações próprias da tradução e da interpretação diante de um cenário novo, foram organizadas **rodas de conversas/palestras** com projetos de extensão universitária que já discutiam sobre tais questões.

Assim, o programa de extensão TILSJUR e o Projeto Mobilang⁵, da Universidade de Brasília - UnB, foram convidados para dialogar com a equipe sobre suas experiências. Houve também uma roda de conversa com a representante do Centro de Migrações e Direitos Humanos - CMDH sobre acolhimento de migrantes venezuelanos. Foram as primeiras ações em formato remoto, pelas plataformas virtuais de acesso gratuito.

Em pouco tempo os desafios se ampliaram. A equipe do projeto, principalmente, alunos

4. A iniciativa surgiu a partir das experiências dos estágios obrigatórios realizados no contexto religioso, no âmbito da Pastoral do Surdo de Boa Vista, onde os alunos puderam ver as necessidades dos migrantes atendidos pela instituição.

5. Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas no site: <http://www.mobilang.unb.br>.

em formação começaram a relatar diariamente angústias em relação às situações de falta de alimentação, moradia, não acesso às informações sobre o sistema de saúde e perspectivas de inserção laboral que os surdos migrantes enfrentavam. Tal sentimento diante dos complexos problemas contextuais, favoreceu a parceria com o Curso de Psicologia da própria UFRR. As ações pensadas em conjunto com o professor do curso parceiro tiveram suas bases na psicologia coletiva. **Encontros de relações humanas e saúde mental** foram pensados como ação para os participantes do Programa. Os encontros aconteciam de forma virtual e tinham uma metodologia pautada no diálogo coletivo.

De igual modo, as angústias dos discentes e colaboradores em relação às línguas e as questões próprias que competem a atuação como tradutores e intérpretes impeliram a parceria com o Projeto Mobilang. Foi então realizado o **Curso interpretação comunitária para migrantes e refugiados**⁶. O curso pode ser considerado como um marco na formação de TILS em contexto de fronteira e migração.

Cursos básicos e intermediários de LSV (melhor descritos na seção seguinte) também fizeram parte do rol de aprendizagens demandadas pela equipe. Por meio das parcerias estabelecidas foi possível também receber cursos idealizados exclusivamente para a equipe do Programa. O curso intitulado **Migração, refúgio e direito internacional** oferecido pelo Grupo GAIRE e o **Curso de Tradução Acadêmica** ofertado pelo Programa TILSJUR são exemplos.

Ações possíveis pela viabilidade tecnológica forçada pela pandemia do coronavírus, tendo em vista que o projeto, criado metodologicamente para atendimentos remotos, oportunizou aos surdos o acesso à informação em locais que não

6. Live de finalização do curso com apresentação dos resultados disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qdEt50TRPsw>. Aproveitamos para agradecer o empenho dedicado a realização do curso pela professora Jaqueline Nordin.

seria possível ir presencialmente. Sobre isso, vale destacar o aplicativo de mensagem WhatsApp como meio possível de interlocução entre TILS e surdos por meio de chamadas de vídeos e envio de vídeos curtos foi possível atender demandas emergências em locais como hospitais, delegacias e em outros estados brasileiros.

Ao mesmo tempo em que alunos em formação e aprendizes das Línguas de Sinais estavam demandando ações específicas como as apresentadas nesta seção, os surdos venezuelanos solicitaram e necessitavam aprender as línguas nacionais, assim como os agentes humanitários necessitavam das Línguas de Sinais para se comunicarem.

Formações para agentes humanitários

Nesse rol de desafios, a equipe do Programa MiSordo era impelida pelas ONG's e agências parceiras ao ensino e aprendizagem das línguas. Assim, em parceria com o curso Letras Libras da Universidade de Brasília foram ofertadas quatro turmas do básico de Libras (Imagem 1) tendo como público-alvo agentes

das instituições de migração. Os cursos de LSV (Imagem 2) tiveram o objetivo de aproximar as pessoas em geral à comunidade migrante venezuelana e incentivá-las a conhecer uma nova língua de sinais para o desenvolvimento do interesse em se comunicar com os surdos que 'moram' no Brasil.

Ainda na dinâmica motivada pelas demandas de conhecimento sobre as particularidades dos migrantes surdos para um melhor atendimento, o projeto organizou dois minicursos. O primeiro, o minicurso **Migrantes Surdos: línguas, diferenças e identidades em situação de refúgio**, ofertou quatro turmas para ONGs de apoio a migrantes em Roraima. O segundo, o minicurso **Línguas de Sinais, migração e fronteiras** foi transmitido pelo canal do youtube do Programa⁷, pois o número de inscrição superou as expectativas e não seria possível pela plataforma *google meet* na versão gratuita.

Na perspectiva dessas iniciativas, foram pensados mais três minicursos. O minicurso **Interculturalidade na perspectiva em sala de aula, Interpretação Comunitária: uma prática política e social de mediação linguística e o minicurso Políticas linguísticas para as comunidades surdas e as línguas de sinais**. Todos os minicursos estão disponíveis no canal do YouTube do Programa.

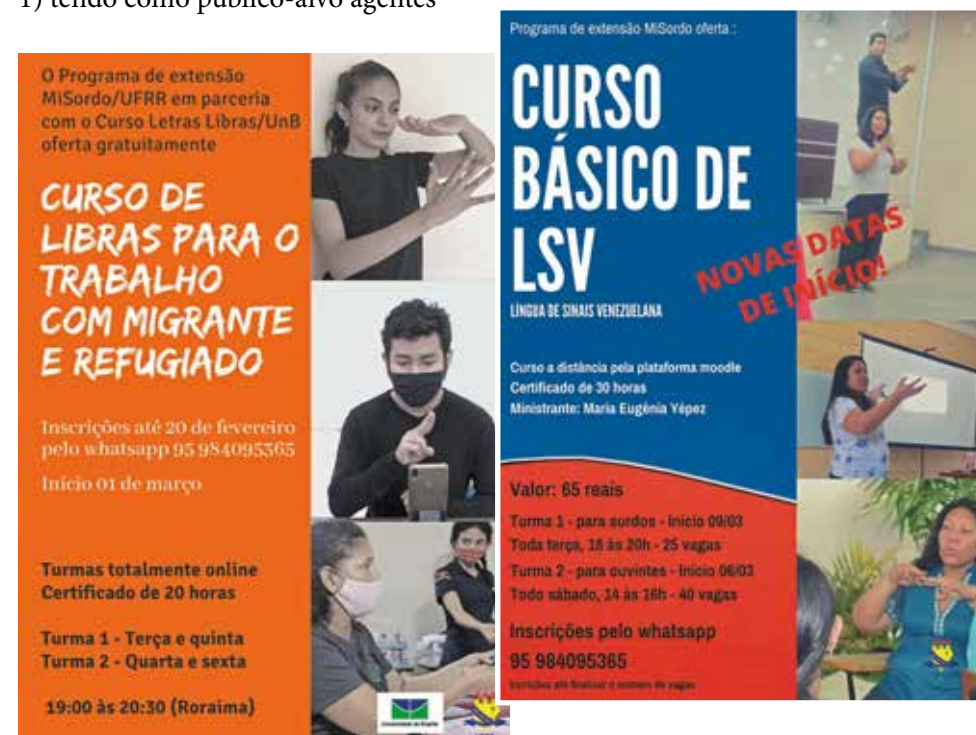


Imagem 1 e 2 – Cartazes de divulgação dos cursos
Fonte: arquivos do Programa MiSordo (2020)

7. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cNsJC_mUoIM&t=273s.

Nessa confluência entre as necessidades trazidas pela sociedade, o Seminário MiSordo⁸ culminou com os objetivos e metas trazendo temas pertinentes às questões ora em debate. Nas pautas estão a presença de surdos migrantes e pesquisadores surdos nacionais e internacionais, bem como o registro das ações voltadas exclusivamente para eles, como apresentado a seguir.

Formações para a comunidade surda

A pedido da Pastoral Universitária que também atende surdos nas questões de regulação migratória e interiorização, foi ofertada uma turma do **Minicurso de Libras**. O minicurso aconteceu dentro do Posto de Triagem da Polícia Federal-PTRIG. Participaram dez surdos venezuelanos. Foi a primeira ação presencial realizada durante a pandemia, pois os surdos migrantes não possuíam telefones com acesso à internet para a participação remota. Nessa ação contamos com professores surdos da Associação de Surdos de Roraima. Foi um verdadeiro desafio pensar em uma metodologia de ensino para um trabalho pioneiro, ensinar Libras para surdos de outro país.



Imagem 3 e 4 – Curso de Libras para surdos venezuelanos
Fonte: arquivos do programa MiSordo (2020)

8. As mesas e palestras das duas edições do Seminário estão disponíveis no canal do Youtube do Programa MiSordo.

O minicurso foi ponto de partida para a instituição de uma formação que viabilizasse a Libras como língua de acolhimento.

A partir dessa experiência surgiu a parceria para a oferta do **Curso de Libras como língua de acolhimento**, fomentado pela ONG Visão Mundial⁹, e implementada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, parceria captada a partir da divulgação das ações do Programa nos meios digitais, foi o primeiro passo na articulação de uma proposta de inserção laboral.

Com a ampla divulgação das ações nas mídias sociais do estado, recebemos o apoio da ONU Mulheres para a colaboração de ações voltadas ao empoderamento da mulher. O projeto nominado **Espaços Seguros** foi desenvolvido no final de 2020 de forma semipresencial e tinha como objetivo criar um espaço de diálogo e proteção para as mulheres surdas migrantes. Participaram cerca de 20 mulheres surdas, divididas em dois grupos de 10 mulheres para a realização de oficinas. Os encontros aconteciam nos espaços da UFRR duas vezes por semana. As oficinas foram importantes para se sentirem valorizadas e saberem que não estão sozinhas num país ainda desconhecido, segundo relato de algumas das participantes.



9. Mais informações disponíveis em: <https://visaomundial.org.br/noticias/projeto-ven-tu-puedes-atende-a-comunidade-surda-de-refugiados-e-oferece-curso-de-libras-para-integrar-venezuelanos-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 03/03/22.

Por último, destacamos a criação da ação **Espaço de escuta para surdos**, em parceria com o Curso de Psicologia da UFRR. O espaço de escuta foi o ponto de encontro mais importante com os surdos, uma vez que ações presenciais foram suspensas. Os encontros aconteciam uma vez por semana pela plataforma *google meet*. Duravam entorno de uma hora e não havia roteiro. Surdos e ouvintes sinalizantes participam e as temáticas das conversas surgiam espontaneamente. O acolhimento acontecia à medida que nos propomos a ouvi-los em sua língua materna e eles aos compartilharem suas histórias. Nessa ação, a internet foi o maior entrave. Havia muito ruídos e perdas nas mensagens, porém, mesmo assim, foi possível notar quanto o espaço teve valor na interação programa-usuários e na intenção de um espaço de saúde mental.

Vale mencionar que no contexto de pandemia algumas ações mais diretas de formação voltada aos migrantes surdos foram mais limitadas, visto que não possuem recursos tecnológicos para usufruírem das formações. Algumas famílias chegam a usar o mesmo celular e o uso de dados móveis não permitia uma interação mais efetiva, por isso algumas ações precisaram ser presenciais. Outras ações foram planejadas, como o curso de formação de instrutores de LSV e Mediador Cultural, curso de surdocegueira e migração e o curso de formação de professores. Ações não possíveis por fatores como falta de apoio logístico e recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

Referências

ABRASIL. Ministério da Saúde. *Sobre a doença/O que é Covid-19*. 2020. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 de nov. de 2022.

BENTES, T.; ARAÚJO, P. J. P. *¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário*. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR, 2021.

BENTES, T.; TEÓFILO, B.; PAIVA, A. *Migrantes e refugiados surdos em Roraima*. In: OLIVEIRA, M. M. de; LUTTNER, C. M. A.; SANTOS, R. D. M. (orgs.). *Coletânea Migração e Wash: reflexões sobre o contexto de Roraima*. Vol. 1. Boa Vista: Cáritas Brasileira/EdUFRR, 2020.

PEREIRA, L. B. *Extensão Universitária e Políticas Públicas*. *Revista Extensão e Cidadania*, 2013.

Resultados e considerações sobre o projeto

O projeto de formação para o trabalho com migrantes surdos nasce na pandemia com ações realizadas, em sua maioria, de forma remota frente ao cenário pandêmico em que não era possível realizar ações totalmente presenciais. Em pouco tempo de desenvolvimento do projeto foi possível ofertar mais de quinze ações entre cursos e mini-cursos, rodas de conversas e palestras, certificando mais de mil participantes. As ações atenderam prioritariamente as demandas das comunidades: dos discentes, dos surdos e dos agentes humanitários.

Com as experiências, quase sempre inéditas, percebe-se que o trabalho demandado pela presença de surdos migrantes requer linhas e perspectivas variadas frente as complexidades e interseções dos campos e saberes. Os aspectos de bem-estar e melhoria de vida estão no centro das atividades, em seguida levar informações sobre as especificidades linguísticas das comunidades e aprender sobre direitos e possibilidades e como auxiliar os surdos a terem esses conhecimentos tem sido vetor das ações. Ações voltadas a formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais tem colaborado para mudanças políticas no estado, bem como contribuído com a importância do elo entre ensino e extensão para o ser-fazer profissional. Ainda nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pretende ampliar suas ações para atender demandas de cunho educacional, questionando sobre os processos e agentes necessários a educação para a diversidade e que considere as línguas de sinais maternas das comunidades envolvidas. ◀



Fonte: Acervo DEDS

A Extensão como elo que une e transforma Universidade-Sociedade

José Antônio dos Santos

Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) e Faculdade de Educação da UFRGS

e-mail: joseants@hotmail.com

Resumo

O Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEDS/PROEXT/UFRGS), foi criado, em outubro de 1992. Desde então, o DEDS se voltou para a implementação das políticas de extensão fomentando ações que estreitaram os vínculos da Universidade com a sociedade. A construção dialógica de projetos e programas de extensão com os movimentos sociais e órgãos públicos, dos meios rural e urbano, aproximaram os conhecimentos produzidos na Universidade das demandas da sociedade, dentre outras, nas questões de sustentabilidade, criação de trabalho e renda, desenvolvimento social e econômico, regularização fundiária e educação intercultural e antirracista.

Palavras-chave: extensão; universidade; sociedade; diálogo; demandas sociais.

Abstract

The Department of Education and Social Development, of the Dean of Extension, of the Federal University of Rio Grande do Sul (DEDS/PROEXT/UFRGS), was created in october 1992. Since then, the DEDS has focused on implementation of extension policies promoting actions that strengthened

the links between the University and society. The dialogic construction of extension projects and programs with social movements and public bodies, from rural and urban areas, brought the knowledge produced at the University closer to the demands of society, among others, sustainability, job and income creation, social and economic development, land regularization and intercultural and anti-racist education.

Keywords: extension; university; society; dialogue; social demands.

Neste artigo vamos apresentar de forma introdutória o contexto social e político em que foi criado o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, o DEDS. Logo a seguir, focaremos em algumas ações de extensão que foram desenvolvidas pelo DEDS ao longo dos últimos 30 anos.

O DEDS foi criado, por reivindicações internas e de fora da Universidade, em 1992, período em que parcelas significativas da sociedade brasileira se organizavam para aprimorar a democracia recém-conquistada. A campanha acirrada pela reitoria daquele ano elegeu o grupo que portava as bandeiras da “Universidade viva” e “Universidade por inteiro”, renovando a utopia de uma Universidade em permanente exercício da crítica e à serviço da transformação social.

O início da década vinha marcado pelo final da ditadura civil-militar (1964 a 1985), e as universidades públicas não podiam ficar de fora daquele processo de mudanças sociais e políticas que buscavam transformar o país. Era preciso ampliar os espaços de representação social em suas instâncias e criar meios de maior interação com a sociedade, conforme já apontava o Primeiro Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado na Universidade de Brasília, em 1987. Participaram 33 universidades que indicaram o caminho para o ensino superior que desejavam ao registrar, que: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

Na primeira gestão da reitoria eleita e empossada na UFRGS depois da ditadura, a extensão passou a ser entendida como via de mão-dupla que assegura o processo de diálogo da comunidade acadêmica com parcelas da sociedade que estão fora dos muros universitários. Em que o princípio e a prática acadêmica devem ser resultados da troca e da elaboração de conhecimentos que envolvem o ensino e a pesquisa na busca de soluções para problemas que atingem a maioria da população. Neste sentido, foi criado o DEDS, na Pró-Reitoria de Extensão, cujo objetivo é fomentar ações para estreitar os vínculos da Universidade com os mais diversos grupos sociais. O Departamento passou a propor projetos e programas de extensão, articulados com o ensino e a pesquisa, visando aproximar os conhecimentos produzidos na Universidade das demandas e saberes da sociedade.

O resultado foi transformador ao criar alternativas metodológicas, conceituais e abrir novos campos de atuação para o ensino e a pesquisa que implicavam a sustentabilidade, a criação de trabalho e renda, o desenvolvimento socioeconômico, regularização fundiária e a educação intercultural e antirracista. É uma história rica, construída por meio de vínculos aproximados da Universidade com a sociedade que definiram rotinas de trabalhos dialógicas, permeadas pela escuta e pelo respeito aos conhecimentos e saberes advindos tanto do meio rural quanto das margens das cidades. Novas práticas que aproximaram tempos e espaços em que foram elaboradas propostas conjuntas, trocas de informações e tecnologias que envolveram órgãos públicos e privados, movimentos sociais, organizações comunitárias e suas lideranças com o objetivo da melhoria das condições de vida, o ingresso de

grupos historicamente marginalizados ao ensino superior e a disseminação dos conhecimentos produzidos.

Um pouco desta complexa rede, tecida por muitas mãos ao longo de mais três décadas, que vamos procurar desamarar em alguns pontos para demonstrar a importância do DEDS para a extensão universitária que se faz na UFRGS.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEUS MÚLTIPLOS APRENDIZADOS

O Programa **União** foi o primeiro a ser desenvolvido pelo DEDS, em 1993, a partir de três grandes eixos: Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos e Extra-Muros, que atingiram um público-alvo de 29.625 pessoas, inicialmente, chegando a 35.548, em 1994, e 40.708, em 1995. Durante o recesso acadêmico daquele primeiro ano, o Programa congregou uma série de atividades extensionistas que foram desenvolvidas por 83 alunos de graduação, 14 professores e 8 técnicos que dialogaram com as comunidades em diferentes ações de integração social, troca de saberes e experiências.

Foi na esteira dos aprendizados da interação dialógica e das metodologias da extensão daqueles projetos que foi criado, em 1995, o Programa **Convivências**, ação de extensão que se tornou a mais antiga e ainda em continuidade no Departamento. Desde a primeira edição o **Convivências** oportunizou aos estudantes atuarem durante as férias de verão e inverno em projetos desenvolvidos nos campos, cidades e periferias do Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, os estudantes foram para três assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Encruzilhada do Sul, a cerca de 150 km de Porto Alegre. A região foi eleita por pertencer ao “Mapa da Fome” da época e por reconhecidas carências em setores básicos ligados ao processo de adaptação dos assentados ao meio rural como: saúde, educação, moradia, agricultura e cuidado

com o gado.

Dentre os objetivos do **Convivências** consagradas ao longo dos anos, destacamos: o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e científicas por meio do convívio cotidiano da comunidade universitária com diferentes pessoas, conhecimentos e realidades. A ação oportunizou sonhar e estar junto com trabalhadores rurais, comunidades remanescentes de quilombos, pequenos produtores, pescadores, comunidades urbanas periféricas, escolas, aldeias indígenas e associações comunitárias, dentre outras¹.

Nos processos de **convivências** Universidade-Sociedade, que foram muito além do programa que ora tratamos, tem se concretizado os princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino-extensão-pesquisa. Onde se tornaram efetivos os movimentos de aprender e ensinar que resultaram em centenas de produções de conhecimentos (publicações de artigos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses) de estudantes, técnicos e docentes².

1. Um exemplo bastante significativo de aprendizados acadêmicos a partir do **Convivências** foi a trajetória de pesquisa construída pelo hoje professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Gianpaolo K. Adomilli. A sua pesquisa iniciou num **Convivências** que resultou no trabalho de conclusão da graduação em Ciências Sociais sobre os pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, intitulado: “Os pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS): um estudo antropológico sobre meio ambiente, identidade social e conflito”, 2001. E, seguiram em mestrado – “Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS”, 2003; e, doutorado – “Terra e mar, do trabalhar e do viver na pesca marítima. Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS”, 2007, os dois últimos, na Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS.

2. Dentre outras, cito: MORAES, Érico Fernandes de. **DEDS/PRO-REXT – história e perspectivas: o papel do arquivo no acesso a memória social**. Porto Alegre: Caderno de Resumos Salão de Extensão, 2006. GOMES, Luciano Costa; FIGUEIRÓ, Raquel Braun. **Estudo sobre o Programa Alfabetização Solidária a partir do material disponível no Arquivo Permanente do DEDS-PROEXT**. Porto Alegre: Anais do Salão de Iniciação Científica UFRGS, 2007. ALVES, Marta Mariano. **Negros(as) e a luta por reconhecimento na universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS**. Mestrado em Educação. Porto Alegre: PPG em Educação - UFRGS, 2017. CAMISOLÃO, Rita de C. dos S. **Cartografia do acolhimento: escritórias do estudante negro na UFRGS**. Porto Alegre: PPG em Educação - UFRGS, 2020.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CONTRA O RACISMO

Em 2004, o DEDS realizou a primeira edição do programa de extensão Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, ação em que atua como articulador da Universidade em parceria com secretarias de educação e escolas. O principal objetivo é construir coletivamente ações de formação continuada de educadores em atendimento às orientações estabelecidas pelas Leis 10.639/03 e 11.645/11, que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Tendo como instrumentos legais também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER).

O desenvolvimento de atividades em articulação com as diferentes unidades acadêmicas da Universidade, bem como com outras instituições visa: promover formação continuada com ênfase em história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER); desenvolver pensamento crítico em torno da ERER em seus diversos aspectos - conteúdo, currículo, relações pessoais e institucionais; e produzir materiais pedagógicos que subsidiem as práticas pedagógicas relacionadas a essas temáticas.

Como exemplo, destacamos o curso

Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira, selecionado pelo Edital UNIAFRO/MEC - 2009, ofertado a 500 profissionais da educação, instituições da sociedade civil e Movimento Negro. O curso desdobrou-se em mais uma edição, realizada em 2013, e em três publicações de seus resultados em livros, respectivamente: **Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira; Cartas Bordados e Tramas de Ideias e Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Todos os materiais estão disponíveis para download na página do Departamento (<http://www.ufrgs.br/deds/publicacoes/livros>).

As atividades do Programa estabeleceram relações aproximadas também com operadores do direito, agentes públicos, lideranças negras, indígenas e quilombolas, e com os próprios estudantes da Educação Básica. Como eram ainda incipientes as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade relacionadas às questões apontadas pelas DCNERER, buscamos referências externas, intelectuais negros e indígenas, para abordar os temas propostos e estimular a reflexão acerca dessa ausência e sobre a necessidade de transformação dos currículos da UFRGS. Nos balizamos em reflexões teóricas que pautam os estudos da educação das relações étnico-raciais brasileiras, nos aproximando dos



Seminário ERER nos Currículos da UFRGS, realizado em 2019 Fonte: Acervo DEDS

conceitos de branquitude, raça, classe e gênero, que se aglutinam em torno dos pressupostos da interculturalidade e da interseccionalidade, procurando descolonizar conhecimentos e práticas escolares e acadêmicas.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AÇÕES AFIRMATIVAS

Em 2005, o DEDS passou a fazer parte do **Programa Conexões de Saberes** criado pelo Governo Federal para a permanência e a qualificação de estudantes de origem popular no ensino superior público. Foi uma das primeiras políticas de ações afirmativas nas universidades voltadas para a manutenção e a diplomação de estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas que estavam em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Dentre os objetivos, estava a criação de condições para a inserção e atuação dos estudantes de forma crítica e qualificada nas universidades, bem como a formação continuada para que se tornassem divulgadores do ensino superior público em suas comunidades de origem. Conforme a proposta inicial, de aprofundar a interação entre comunidade-universidade, o Programa foi articulado em torno de quatro territórios temáticos – Saúde e Meio Ambiente; Território Cidadania e Direitos Humanos; Território Ações Afirmativas e Território Cultura, Identidade e Patrimônio, que dialogavam com as realidades dos estudantes.

O território Ações Afirmativas, por exemplo, foi a primeira iniciativa criada para estimular discussões internas na Universidade visando a implementação das cotas. Logo se ampliou para questões de acesso e permanência; para a promoção de atividades de acolhimento aos estudantes de origem popular; organização debates e fóruns sobre as ações afirmativas, e para o mapeamento de ações de pesquisa e extensão que tivessem interlocução com o tema. O âmbito de atuação do território se deu na

divulgação de como estava o processo de implementação das cotas nas universidades brasileiras, defesa da reserva de vagas na UFRGS, estímulo ao debate e troca de informações com as escolas e a criação de cursos pré-vestibulares populares.

Os territórios temáticos definiram espaços de atuação efetiva plasmadas em articulações sociais e na organização de atividades em associações comunitárias, dentre outras, no Espaço Cultural Afro Sul Odomode, na Cooperativa Ecológica Rubem Berta e em aldeias indígenas de Porto Alegre. Assim como em escolas do Bairro Jardim Universitário, no município de Viamão, próximo ao Campus do Vale – UFRGS. Um dos exemplos de sucesso foi a parceria com a comunidade da Restinga, zona sul de Porto Alegre, que, em 2006, fundou o Curso Pré-Vestibular Esperança Popular, na Associação de Moradores do Núcleo Esperança I. Experiência que construiu meios de acesso para mais de uma centena de estudantes na UFRGS e outras instituições.

O Programa Conexões de Saberes, inicialmente, formado por 35 bolsistas, foi vinculado ao Programa Escola Aberta e logo passou a ter 93 estudantes bolsistas, se tornando o maior programa de suporte aos estudantes com este perfil na nossa Universidade. Se compararmos os valores mensais das bolsas, R\$300,00, e o salário mínimo, R\$465,00, relativos a julho de 2009, temos uma ideia da importância do investimento na permanência de acadêmicos oriundos de famílias de baixa renda³. Foi a primeira vez que estudantes de origem popular obtiveram investimentos públicos para a melhoria de suas condições de sucesso acadêmico, conciliando a excelência na formação com o compromisso social que deveriam ter quando de seu retorno às comunidades de origem.

3. Cf. ARENHALDT, Rafael. *Vidas em Conexões in(tensas): O Programa Conexões de Saberes como uma Pedagogia do estar-junto na Universidade*. Doutorado em educação. Porto Alegre: PPG em Educação - UFRGS, 2012.

COTAS NA UNIVERSIDADE

A partir da aprovação da Decisão 134/2007 - CONSUN/UFRGS, que instituiu o programa de Ações Afirmativas, o Departamento passou a realizar uma série de atividades voltadas a aprimorar os processos de divulgação, seleção, ingresso, permanência e diplomação dos estudantes cotistas na Universidade. Assim, novas ações foram sendo construídas para responder a questões que desafiavam a estrutura universitária no sentido de como chegar até os sujeitos de direitos da reserva de vagas e prepará-los para o Vestibular.

negros e quilombolas em diálogo com acadêmicos.

O **Programa Por Dentro da UFRGS**, criado em 2017, é outra ação de extensão cujo objetivo é divulgar e aprimorar os processos de ingresso e permanência dos cotistas. Foi a primeira iniciativa preocupada com a formação dos servidores para o aprimoramento das rotinas de trabalho que envolvem a matrícula, a recepção dos estudantes nas Comissões de Graduação dos cursos, as políticas de permanência e preocupações com a diplomação e o mercado de trabalho dos egressos cotistas.



Demandas que estão diretamente relacionadas com diversas instâncias acadêmicas, como: Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Coordenadoria de Ações Afirmativas, dentre outras, que, pela primeira vez, sentaram pra trocar experiências, e se tornaram parceiras na organização das formações.

O objetivo inicial logo se ampliou para além de realizar

Conversações Afirmativas com participação de representantes do Sopapo Poético
Fonte: Acervo DEDS

O projeto de extensão **Conversações Afirmativas**, iniciado em 2010, foi criado para fomentar espaços de aprimoramento interno ao processo de reserva de vagas por meio da reflexão e da integração da comunidade acadêmica e sociedade em torno do tema. Desde então, foram realizadas dezenas de rodas de conversa em espaços da Universidade e extramuros, enfocando temas relacionados à implementação das políticas de ações afirmativas que tiveram a participação de lideranças comunitárias e mestres de saberes indígenas,



Programa Por Dentro da UFRGS
Fonte: Acervo DEDS

capacitação continuada da comunidade universitária e chegou a outros agentes externos, como servidores de outras universidades, institutos federais, escolas e espaços de educação não formal que se tornaram multiplicadores de informações sobre as políticas de ações afirmativas e as formas de acesso ao ensino superior. O Programa também oferece aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, para o vestibular da UFRGS e outras instituições de ensino superior, por meio do Curso Pré-Vestibular Popular Liberato. O Curso é realizado em parceria com a Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha, localizada na zona norte de Porto Alegre.

AFIRMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

A partir de demandas de professores e outros profissionais que desejam dar seguimento a suas graduações, em 2018, criamos o projeto **Afirmção na Pós**. Curso preparatório para o ingresso na pós-graduação voltado para estudantes negros, indígenas, refugiados, quilombolas, público LGBTQIA+ e Pessoas com Deficiências.



Curso Afirmção na Pós-Graduação Fonte: Acervo DEDS

A iniciativa surgiu da necessidade da criação de disciplinas e conteúdos preparatórios específicos para profissionais que estão fora dos bancos acadêmicos há certo tempo e desejam fazer seleção em cursos de pós-graduação que têm políticas de ações afirmativas. Interessante

constatar que quanto mais a Universidade amplia a inserção de estudantes oriundos de grupos historicamente deixados de fora de seus espaços, mais as ações extensionistas realizadas pelo DEDS se articulam com a comunidade acadêmica em sintonia com suas demandas.

Neste sentido, é preciso destacar que os mais diversos setores da Universidade, como: Incluir - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Africanos e Indígenas, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Coordenadoria de Ações Afirmativas, Coordenadoria das Licenciaturas, Faculdade de Educação, Instituto de Letras, Instituto de Artes, Curso de História, dentre outros, têm sido parceiros constantes nos processos de reflexão e melhorias das políticas de ações afirmativas.

Como sabemos, a maioria da população brasileira é identificada pelo IBGE como preta e parda, e é ela que mantém os piores índices de qualidade de vida, rendimento escolar e acesso ao ensino superior público. Ou seja, é esta grande parcela populacional, em condições de desigualdades historicamente acumuladas, que busca espaços de acesso não apenas na graduação, mas também na pós-graduação.

FOMENTANDO A EXTENSÃO PRA DENTRO

No ano de 2019, foram realizados quatro Seminários "ERER nos Currículos da UFRGS", coordenados pelo DEDS e pelos Grupos de Trabalho do NEAB-UFRGS, "Educação Antirracista no

Cotidiano Escolar e Acadêmico” e “Histórias de Lutas Sociais dos Negros em Porto Alegre”. Um dos objetivos foi intensificar a discussão interna sobre a importância da curricularização da educação das relações étnico-raciais em todos os cursos da Universidade.

A proposta inicial foi apresentar experiências de disciplinas dos mais diversos cursos que tratam conteúdos relacionados à EREER, assim como o intercâmbio com outras instituições como o Instituto Estadual de Educação Indígena Angelo Manhã Miguel e a Secretaria Estadual de Educação. Também mobilizamos a participação da COORLICEN – Coordenadoria das Licenciaturas, Pró-Reitoria de Graduação e representações do Movimento Negro que aprofundaram reflexões e reforçaram a importância do tema para toda a sociedade. O desafio prenunciado desde o 1º Seminário foi definir ações que

tornem efetivos os dispositivos legais que dispõem sobre a obrigatoriedade da educação das relações étnico-raciais no ensino superior. O que culminou com a entrega de carta assinada à reitoria que sinalizou a importância da iniciativa e estimulou a continuidade dos trabalhos.

A realização dos Seminários “ERER nos currículos da UFRGS”, somada a discussões anteriores realizadas pelo DEDS, redundou na criação da disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais – EDU 03107, no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. Conforme o Projeto Pedagógico (FACED/UFRGS, 2018), a disciplina possui caráter teórico-prático e tem como princípio “compreender a história das relações étnico-raciais no Brasil em suas aproximações com a história da educação e as práticas escolares”. Nesse sentido,

entendemos que a famosa “indissociabilidade” entre ensino-extensão-pesquisa prescrita no Artigo 207 da Constituição como tripé-base das universidades brasileiras deve ser um



1º Encontro de Educação Escolar Quilombola do Rio Grande do Sul, realizado em 17 de agosto de 2011, na Estação Experimental Agronômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Eldorado do Sul – RS
Fonte: Acervo DEDS



Seminário Internacional 150 Anos da Sociedade Floresta Aurora: clubes sociais negros: vivências, memórias, história e patrimônio, realizado em 2022
Fonte: Acervo DEDS

desafio menos metodológico e mais político. Todos(as) que acreditam na extensão universitária como dispositivo orgânico de articulação e diálogo como o ensino e a pesquisa devem trabalhar pra sua efetividade.

Da mesma forma, prescrevem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução nº 07/2018-CES/CNE, art. 5º), é necessário tornar efetiva a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e da busca da resolução dos principais problemas sociais. A formação cidadã dos estudantes deve ser constituída por conhecimentos e práticas cotidianas que produzam mudanças nas instituições de ensino superior e nos demais setores da sociedade. Avançar para discussões epistemológicas com vistas à construção de um projeto acadêmico que se construa de forma sistêmica e dialogada com as realidades dos estudantes, com as novas tecnologias, linguagens e demandas sociais é uma tarefa a ser cumprida pelas universidades.

O ensino universitário é desafiado a tratar da educação das relações étnico-raciais e o enfrentamento das práticas racistas, discriminatórias e excludentes profundamente enraizadas em nossa sociedade. Não é novidade que as instituições de ensino têm servido para a manutenção de relações desiguais, difundindo determinado saber e epistemologia em detrimento de outros. Portanto, é preciso construir alternativas às questões que historicamente assolam a maioria da população brasileira, refletindo e desconstruindo os lugares de privilégios das identidades brancas, conforme apontado pelos estudos da branquitude.

Atento a essas questões, as ações desenvolvidas pelo Departamento são abordadas na interlocução com a sociedade, de forma interdisciplinar, horizontalizada e com respeito as diferenças de todo tipo. Temos o dever de construir conhecimentos acadêmicos que dialoguem

com os saberes e as necessidades da maioria, buscando contribuir para a diminuição das desigualdades e a construção de uma sociedade mais plural e antirracista.

QUE OS VÍNCULOS SE MANTENHAM

Há mais de trinta anos o Departamento de Educação e Desenvolvimentos Social vem apoiando e fomentando ações de extensão que oxigenam o ensino e a pesquisa contribuindo com as principais questões sociais.

Como metodologia de trabalho, fomentamos a interação dialógica, a horizontalidade, a interculturalidade e a interdisciplinaridade na produção de conhecimentos, atentando sempre para o impacto das ações de extensão na formação dos estudantes e nos interesses da sociedade. Balizamos nossas ações em reflexões teóricas que pautam a superação das desigualdades e do racismo, a defesa da democracia e do direito à diversidade, o respeito à todas culturas e existências.

O rápido escrutínio do fazer do DEDS procurou demonstrar o quanto a extensão universitária contribui para unir interesses comuns da Universidade com a Sociedade. O que vem se dando de múltiplas formas: construindo ações inovadoras e questionadoras do papel social da Universidade; produzindo e disseminando conhecimentos; mediando relações e avançando fronteiras além da ciência e da pesquisa modelares; propondo novos entendimentos de educação e desenvolvimento social que reconheçam saberes e epistemologias que extrapolem os cânones atuais. ◀

Vida longa ao DEDS!

Atuação da GRITAM

Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres durante a pandemia do Coronavírus

Júlia Montanher Lucatto de Oliveira Silva
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
e-mail: gritam.saju@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca relatar o trabalho realizado pela GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para mulheres, que faz parte da Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2020, no qual ocorreu a pandemia do SARS-Covid 19 e consequentemente, o isolamento social da população. O estudo foi realizado a partir da análise de dados de atendimento do grupo, além de pesquisas paralelas que buscaram compreender a razão do aumento da violência doméstica durante esse período de quarentena. Portanto, além de abordar o funcionamento do grupo e o perfil das assistidas que foram atendidas durante esse período, será feita uma análise comparativa da realidade enfrentada no atendimento da GRITAM, em comparação com os casos de outras regiões do Brasil, gerando uma análise da violência de gênero no país, em geral.

Palavras-chave: pandemia da SARS-Covid 19; violência doméstica; assistência jurídica universitária; GRITAM; violência de gênero.

Abstract

This article seeks to report the work carried out by "GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres", which is part of the "Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU)" of the Federal University of Rio Grande do Sul, during the year 2020, in which the pandemic of SARS-Covid 19 occurred and, consequently, the social isolation of the population. The study was carried out based on the analysis of group attendance data, in addition to parallel research that sought to understand the reason for the increase in domestic violence during this period of quarantine. Therefore, in addition to addressing the functioning of the group and the profile of those assisted during this period, a comparative analysis will be made of the reality faced in the care of GRITAM, in comparison with cases in other regions of Brazil, generating an analysis of violence of gender in the country in general.

Key words: SARS-Covid 19 pandemic; domestic violence; university legal assistance; GRITAM; gender violence.

Introdução

O SAJU é um projeto de acesso à justiça da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul há mais de 70 anos. É um projeto que, desde a sua fundação, tem como principal característica o alto envolvimento dos estudantes, bem como o poder a eles conferido para coordenarem as suas ações e canalizarem seus conhecimentos para uma atividade jurídica de cunho social, reflexiva, crítica e transformadora da realidade. Hoje, o SAJU conta com 20 grupos, com cerca de 400 voluntários, que atuam em, aproximadamente, 650 processos anualmente e em torno de 20 atendimentos novos por semana. É um projeto que luta pela defesa dos Direitos Humanos e que apoia os movimentos sociais.

A GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres- foi o 20º grupo formalizado pelo SAJU, em 2016. Procura atuar no combate a todas as formas de violência de gênero e opressão, buscando a garantia dos direitos humanos e o acesso à justiça, além de fomentar o acesso à informação como instrumento fortalecedor da autonomia e empoderamento da mulher. Nossa missão é prestar assistência judicial e extrajudicial para mulheres, atentando-se que estas violências podem estar

relacionadas com lesbofobia, bifobia, transfobia, racismo, classismo e outros fatores que podem submetê-las a uma condição de vulnerabilidade. Logo, o atendimento é voltado para mulheres -transsexuais, travestis e cis- em situação de violência e vulnerabilidade econômica na região metropolitana de Porto Alegre. O grupo possui alguns princípios que guiam as tomadas de decisões: se baseia em um Feminismo Interseccional, que consiste em não isolar o gênero de outros eixos de significação e parte de um viés anti-punitivista, ou seja, luta contra um sistema penal direcionado para a dominação e encarceramento em massa das minorias sociais.

O grupo é formado por mulheres profissionais e estudantes dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, visando à interdisciplinaridade de saberes. A organização ocorre de maneira a garantir o protagonismo estudantil, sua representação e horizontalidade entre as integrantes, que se constrói pela igualdade de decisão e atuação das membras, sem hierarquias estabelecidas. De maneira geral, as atividades envolvem acompanhar a assessorada na Delegacia da Mulher (DEAM) para fazer o boletim de ocorrência, dar andamento à medida protetiva de urgência, realizar processos que envolvam guarda e pensão, realizar o primeiro atendimento psicológico, encaminhá-las para casas de acolhimento, entre



Integrantes da GRITAM em manifestação

outros. Quanto às atividades específicas, as Advogadas são responsáveis por fornecer orientações jurídicas, auxiliar as estudantes na confecção das peças e protocolar processos, enquanto as estudantes de Direito realizam o primeiro contato com a assistida e conduzem o caso, escrevem peças, além de acompanhá-las em eventuais idas à delegacia. Já as membras do curso de Psicologia também participam dos acolhimentos, fornecem orientações, produzem análises de dados e conteúdos e realizam o primeiro atendimento psicológico. Destaca-se que as profissionais e estudantes de Serviço Social também têm o importante papel dos contatos institucionais, desenvolvimento de parcerias e encaminhamentos para parceiros na rede de enfrentamento. Como trabalho coletivo temos a escrita dos *posts* e notas sobre acontecimentos pertinentes à temática, organização e atualização das plataformas, além do comparecimento em audiências, se necessário. O grupo também atua em projetos como rodas de conversa, mutirões de atendimento, atuações em escolas, entre outros.

Postagens do Instagram da GRITAM: @gritam.saju



Antes da pandemia do SARS COVID 19, os atendimentos ocorriam na sala do SAJU, localizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com as medidas de restrição para conter o avanço do vírus, a Faculdade fechou suas portas temporariamente e, por isso, tanto os atendimentos quanto os encontros

do grupo passaram a ser realizados via Internet. Nesse período a atuação se intensificou por meio das redes sociais, que, atualmente, correspondem a um portal de alcance para assessoradas, além de nos permitirem compartilhar postagens sobre a temática de violência de gênero e indicações de livros, séries e filmes voltados para o empoderamento feminino. Nesse novo formato à distância, foi necessário ampliar a organização da GRITAM e a maneira mais eficiente para isso foi a criação dos Grupos de Trabalho (GTs). Para atender as demandas dos casos encaminhados pelas redes sociais, criou-se o GT de E-mail e Drive, em que as integrantes repassam os casos que chegam pela plataforma. Além disso, aperfeiçoou-se o GT

de Comunicação. Essas membras são responsáveis pelas contas do Instagram e Facebook e estão encarregadas de organizar os calendários de publicação e o trabalho de divulgação da GRITAM. Ademais, há o GT de Recursos Humanos (RH), que é formado por integrantes que lidam com a relação das membras com o grupo e entre seus pares, além de organizar as combinações, afastamentos e desligamentos das membras. Quanto aos encontros, realizados aos sábados, são marcados por debates sobre a temática, formações de assuntos como Processo, Lei Maria da Penha, Direito de família, punitivismo, atendimento voltado para vítimas de violência, entre outros assuntos pertinentes.

Fundamentação Teórico-Metodológica

A abordagem do grupo nos atendimentos, chamada de “acolhimento”, segue uma estratégia traçada que busca criar um ambiente de confiança e segurança para a assessorada frente à equipe. Para que isso aconteça, as perguntas para compreender o caso são realizadas de forma a evitar que a mulher passe por um processo de Revitimização, que é quando a vítima tem que repetir a narrativa da violência vivida e, dessa forma, revisita seu trauma. Assim, a fim de evitar que a assessorada passe por esse processo, adotou-se o método indutivo para reunir informações para a pesquisa. Dessa maneira, os dados particulares e a experiência do grupo serviram como base para as conclusões gerais sobre o assunto da violência doméstica durante a pandemia, partindo, portanto, de uma visão específica para geral. A coleta de dados ocorreu nas entrevistas dos acolhimentos, de maneira contínua, ou seja, com dados resgatados desde o início do isolamento social, em abril de 2020, e foram sendo registrados à medida que ocorriam os atendimentos e encaminhamentos de casos. Para realizar uma comparação, por meio de dados quantitativos, também foram recolhidos dados de anos anteriores.

Importante ressaltar que, juntamente com os

documentos de identificação que são assinados pelas assessoradas no primeiro atendimento, há um Termo de Uso de Dados. Esse termo tem como objetivo solicitar e garantir a ciência da permissão para o uso dos dados fornecidos em atendimentos e obtidos através de documentos com o propósito de produção de pesquisas acadêmicas interdisciplinares, levantamento de dados quantitativos e qualitativos e a produção de quaisquer relatórios pertinentes a políticas públicas voltadas para o atendimento de mulheres em situação de violência.

A discriminação contra a mulher é a exclusão que têm como resultado prejudicar o reconhecimento ou exercício pela mulher dos seus direitos e liberdades. Ao analisar a história do Brasil, pode-se perceber que o país é marcado por essa exclusão e pelo machismo, visto que há 100 anos atrás as mulheres ainda não possuíam direito ao voto e apenas na Constituição de 1988 passaram a ser consideradas iguais aos homens, teoricamente. As mulheres foram colocadas em uma situação de inferioridade e lhe foram negados serviços e direitos econômicos, políticos e sociais por muitos séculos e, apesar das conquistas do movimento feminista, essa história tem impacto direto na vida das mulheres atualmente, visto que correm risco de vida em situações de violência, além de sofrerem com a alta incidência de assédio, estupro, dupla jornada de trabalho e diferença salarial.

Antes da pandemia, em 2019, a atuação do governo no combate à violência contra a mulher já era escassa, marcada pela ausência de políticas públicas voltadas para a solução dessa problemática. O cenário da política nacional reforça essa negligência, que pode ser constatada nas recorrentes declarações misóginas do atual presidente e pela ampliação do acesso a armas de fogo, que contribuem para uma situação de risco em relacionamentos abusivos. Com a onda de conservadorismo que atravessa o país, a ideia do feminismo é deturpada. O movimento, porém, é sobre mulheres adquirirem direitos iguais, a fim

de acabar com a opressão e exploração sexista.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, uma em cada três mulheres experienciam violência física e/ou sexual ao longo da vida por companheiros ou pessoas íntimas.¹ Essa violência tende a aumentar em momentos de crise e instabilidade, ou seja, as mulheres sentem vivamente os efeitos da crise na sua segurança e na sua capacidade de garantir meios de subsistência, visto que representam uma maior proporção na economia informal em todos os países, que são as atividades mais afetadas pelo isolamento. As restrições de movimento, insegurança generalizada e limitações financeiras acabam por dar um controle adicional aos agressores e, assim, se reduz a possibilidade de rompimento de relações abusivas. Além disso, percebeu-se que os serviços de cuidado e proteção da violência contra a mulher não estão adaptados para responder a situações emergenciais, como o Covid.

Esses diversos fatores unidos explicam a enorme incidência de feminicídio e violência contra a mulher durante o período de isolamento. Mato Grosso foi o estado com a maior taxa de feminicídio durante a pandemia: no período em que houve pausa no serviço de atendimento móvel que lidava com a violência doméstica, a morte de mulheres na zona rural subiu.² No Rio de Janeiro, a Justiça registrou um aumento de 50% nos casos de violência doméstica durante o período de confinamento. Já no Rio Grande do Sul, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS), entre março e abril de 2020, houve um aumento de 23,5% da mortalidade de mulheres em comparação ao mesmo período no ano de 2019. Se comparado aos quatro primeiros meses de 2019, o aumento foi de 71% dos casos de feminicídio em

2020. No Pará, o crime de feminicídio saltou de 5 para 10 casos no segundo bimestre de 2020, um aumento de 100% durante o isolamento social. Quando analisado o quadrimestre entre os anos de 2019 e 2020, a alta é de 225%: de 8 para 26 mortes de mulheres.³

Mesmo assim, de acordo com a nota técnica emitida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os registros de boletins de ocorrência apresentaram queda nos primeiros dias de isolamento social.⁴ Esse efeito é o chamado subnotificação, portanto, é ilusório pensar que a violência contra a mulher diminuiu. Esses dados podem ser explicados pelo fato de que o confinamento força a mulher a ficar presa com seu abusador. Nesses casos, a casa é o lugar mais perigoso para se habitar, visto que o confinamento aumenta o risco de violência, devido ao conflito focado na área doméstica e familiar, e essa violência contínua gera uma percepção de insegurança à vítima e impunidade para o agressor. Durante a pandemia, a redução na oferta de serviços é acompanhada pelo decréscimo na procura. As denúncias são mais difíceis por diversas razões e a falta de comunicação é a principal causa. Além da falta de acesso aos canais de denúncia, existe um medo de quebrar as regras de quarentena e restrições de saúde, o que gera dificuldades de buscar ajuda médica após abuso físico, além das vítimas sentirem que não podem buscar refúgio na casa de parentes, por medo de expô-los aos vírus. Esse medo gera um enfraquecimento da rede de apoio, que é essencial para a saída de uma situação de violência.

A intersecção do gênero, unida com outras condições de vulnerabilidade, intensifica o impacto negativo da crise, por isso é uma prioridade prestar atenção nesses grupos: como mulheres

1. As Cities Around the World Go on Lockdown, Victims of Domestic Violence Look for a Way Out. Time Magazine. Disponível em: <https://time.com/5803887/coronavirus-domestic-violence-victims/> Acesso em: 20 mai. 2021.

2. Mato Grosso é o estado com a maior taxa de feminicídio na pandemia. Revista Az Mina. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mato-grosso-e-o-estado-com-a-maior-taxa-de-feminicidio-na-pandemia/> Acesso em: 20 mai. 2021.

3. Um vírus e duas guerras. Projeto Colabora. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/especial/um-virus-e-duas-guerras/> Acesso em: 20 mai. 2021.

4. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf> Acesso em: 21 abr. 2021.

refugiadas, trabalhadoras domésticas, privadas de liberdade, da comunidade LGBTI e moradoras de áreas rurais. A importância desse recorte ao lidar com a violência de gênero se faz presente quando, ao analisar esses mesmos dados, compreendemos que o racismo cria uma maior desproteção para essas mulheres, visto que, em 2019, 66,6% das vítimas de feminicídio eram negras. De acordo com o Projeto Colabora, as mulheres pretas e pardas de comunidades são alvos dos crimes domésticos mais graves. A ativista pelos direitos humanos, Beatriz Nascimento, explica, a partir de uma análise histórica, discrepância nesses dados:

A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada. Num país em que somente nas últimas décadas do século XX, o trabalho passou a ter o significado dignificante – o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravidão – reproduz-se na mulher negra “um destino histórico.

É ela quem desempenha, majoritariamente, os serviços domésticos e os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São, de fato, empregos cujas relações de trabalho evocam a mesma dinâmica da escravocracia.”⁵

A GRITAM, que atua somente na região metropolitana da capital gaúcha, não consegue absorver a demanda que permita atuar em grande escala, por isso é preciso que haja trabalho em rede. Esses desafios causados pelo isolamento social, juntamente com a falta de transparência nas informações, dificultam o mapeamento dos casos devido à subnotificação. Esse fator, porém, não é uma situação que surge na pandemia, mas uma situação de invisibilidade e negligência contra as mulheres que sofrem violência. Portanto, é inegável que a pandemia escancarou um cenário histórico de discriminações de gênero e políticas que perpetuam o sexismo e o racismo estrutural, pois percebe-se que a crise atual possui o enorme

5. Beatriz Nascimento, Jornal Maioria Falante. Fevereiro - Março - 1990. A mulher negra e o amor; Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-e-o-amor/> Acesso em: 20 mai. 2021.

potencial de catalisar os efeitos das violações de gênero e intensificar as desigualdades já existentes. É importante ressaltar a importância da reunião e disponibilidade de dados, que devem ser organizados pelos órgãos de assistência, visto que, quando reunidos em pesquisas como essa, permitem uma análise da realidade, que é essencial para a construção de novas políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Com isso, pode-se mapear áreas de risco, número de vítimas, barreiras de acesso e possíveis realocações de recursos que beneficiem a assistência de vítimas e suas consequentes necessidades.

Resultados

De acordo com dados levantados pelo grupo, percebe-se que, de 2019 para 2020, o número de mulheres e consequentes procuras por atendimento que o grupo recebeu passou de 16 para 30, e, até o momento da escrita deste artigo, em maio de 2021, já constam 13 casos novos. Esses dados mostram que, para as mulheres vítimas de violência doméstica, o isolamento social tem representado risco à sua integridade. Pela proximidade de seus agressores, agravada pelo incremento no consumo de álcool e drogas e pelas tensões psicológicas e econômicas mais evidentes, as violências física, moral, psicológica, sexual e patrimonial têm aumentado.



Casos atendidos pela GRITAM 2019/2020

Os casos atendidos pelo grupo englobam vítimas de violência física, psicológica, moral,

patrimonial, sexual e obstétrica. Com exceção dos casos de violência obstétrica, que são episódios eventuais, é muito raro que uma violência ocorra isolada, isso porque existe um ciclo na violência doméstica constantemente repetido e relatado pela maioria das assessoradas. Esse ciclo, identificado pela psicóloga norte-americana Lenore Walker,⁶ inclui o aumento de tensão, o ato de violência e o arrependimento e tratamento carinhoso, conhecido como lua de mel.



Imagem do Ciclo da Violência

A *Violência Psicológica*⁷ é considerada qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima, prejudique o desenvolvimento da mulher ou vise controlar suas ações, comportamentos e crenças. Como consiste em comportamentos como ameaça, constrangimento, manipulação, chantagem, insultos, ridicularização e *gaslighting* (distorcer e omitir fatos que façam com a mulher duvide de sua memória e sanidade), é uma violência que pode ser difícil de perceber pela própria vítima. Há muitos relatos de mulheres que perceberam ter vivenciado esse tipo de violência somente depois de muito tempo, pois trata-se de uma violência que, apesar de extensa, não é visual. Cabe citar que, durante a pandemia, a GRITAM também recebeu relatos dessa violência *online*, presente em comentários de redes sociais que ridicularizavam e insultavam

as vítimas. Diante disso, não é possível enumerar o quantitativo de assessoradas que sofre esse tipo de violência.

A *Violência Patrimonial*, por sua vez, é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, os relatos foram frequentes. Com o aumento do desemprego na pandemia e o trabalho remoto, o isolamento com o agressor facilitou ações como a destruição ou quebra de materiais de trabalho, que impedem a vítima de trabalhar.

Pela primeira vez, o grupo atendeu casos de *Violência Obstétrica*. Esse tipo de violência acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao aborto. Consiste na retirada do protagonismo feminino durante o parto e violação da autonomia da mãe, que viola seus direitos sexuais e reprodutivos. Por isso, pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual e envolve negligência, discriminação e/ou condutas excessivas, desnecessárias ou desaconselhadas por parte da equipe médica responsável pelo parto. Em 2020 foram quatro vítimas de violência obstétrica e, até o momento, um caso em 2021. Os casos de 2020 foram os primeiros atendidos pelo grupo, que surgiram devido à pandemia.

A *Violência Física* consiste em qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, machucando a vítima. No grupo, é a violência com maior incidência de casos, já que são atitudes mais fáceis de se identificar e, consequentemente, de provar, visto que são atos “visuais”, em que bater, chutar, queimar, cortar e mutilar são exemplos.

Já a *Violência Sexual* consiste em qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada

mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Importante ressaltar que há enorme subnotificação desses casos: A Pesquisa Nacional de Vitimização (2013)⁸ verificou que, no Brasil, somente 7,5% das vítimas de violência sexual registram o crime na delegacia. Esses dados expõem a cultura de estupro no Brasil, que é fortalecida pela desigualdade de gênero, sexualização da mulher e impunibilidade. Além disso, infelizmente, não são todos os casos recebidos que tiveram andamento, visto que muitas vezes a denúncia ocorre muito tempo após o ato do estupro, portanto não é possível realizar exame de corpo de delito.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como intuito refletir sobre a incidência de violência doméstica contra mulheres em tempos de pandemia (Covid-19), discutindo e problematizando a violência e sua subnotificação, unida ao despreparo estatal para lidar com as mudanças provocadas durante as políticas de contenção do avanço do coronavírus.

8. Pesquisa Nacional de Vitimização. Parceria Datafolha/Crisp/SENASP. Disponível em: https://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf Acesso em: 17 mai. 2021.

Os resultados da pesquisa mostram que a incidência da violência contra a mulher aumentou com as políticas de isolamento, visto que as mulheres foram obrigadas a permanecer presas em casa com seus agressores ao mesmo tempo que os serviços do Estado voltados para a assistência não estavam preparados para ajudá-las. No caso da Gritam, que atende vítimas hipossuficientes, pode-se concluir que a crise atual possui um potencial de intensificar os efeitos das violências de gênero e das desigualdades já existentes.

Nesse sentido, as filósofas feministas do século 20 se fazem presentes ao afirmar que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados, pois não são permanentes: é preciso se manter vigilante por toda a vida quando se é mulher. Por isso, visando um combate a longo prazo, deve-se lutar pela igualdade de gênero. Desconstruir a ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e a imagem da mulher como propriedade do homem, que acabam por naturalizar a violência, são prioridades dessa luta, na qual o objetivo é o fim da discriminação e a eliminação de todas as formas de violência nas esferas públicas e privadas. ◀

Referências

- On Lockdown, Victims of Domestic Violence Look for a Way Out.** Time Magazine. Disponível em: <https://time.com/5803887/coronavirus-domestic-violence-victims/> Acesso em: 20 mai. 2021.
- Mato Grosso têm a maior taxa de feminicídio na pandemia.** Revista Az Mina. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mato-grosso-e-o-estado-com-a-maior-taxa-de-feminicidio-na-pandemia/> Acesso em: 20 mai. 2021.
- Um vírus e duas guerras.** Projeto Colabora. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/especial/um-virus-e-duas-guerras/> Acesso em: 20 mai. 2021.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf> Acesso em: 21 abr. 2021.
- Beatriz Nascimento, Fevereiro - Março - 1990. **A mulher negra e o amor**; Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-e-o-amor/> Acesso em: 20 mai. 2021
- WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979; Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html> Acesso em: 17 mai. 2021.
- Tipos de Violência: Instituto Maria da Penha (IMP).** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html> Acesso em: 17 mai. 2021.
- Pesquisa Nacional de Vitimização.** Disponível em: https://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf Acesso em: 17 mai. 2021.

6. WALKER, Lenore. *The battered woman*. New York: Harper and How, 1979.

7. Tipos de Violência. Instituto Maria da Penha (IMP). Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html> Acesso em: 17 mai. 2021.

Desenvolvimento de implemento agrícola para adoção do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH)

Tatiana da Silva Duarte, Kimberley Follador, Fernanda Timm, Paulo César do Nascimento
Faculdade de Agronomia – UFRGS



vantagens, como: a proteção física do solo, ao criar uma barreira física protegendo-o da degradação quando ocorre o impacto direto das

Na trajetória de construção da transição para uma agricultura ecológica, o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH) se firma como tema gerador que mobiliza, conscientiza, organiza e articula a agricultura familiar. Seu eixo técnico-científico preconiza agroecossistemas complexos com a introdução de plantas de cobertura (PC) no sistema produtivo de hortaliças, como fonte de biomassa, o não revolvimento do solo - ou que este seja mínimo - e sem uso de herbicidas. A introdução das PC no sistema produtivo proporcionará condições ecofisiológicas mais adequadas à produção e agregará outras

gotas de chuva; mantendo a temperatura do solo mais estável, sem grandes amplitudes térmicas; diminuindo a evaporação da água do solo e favorecendo a manutenção da umidade neste. Além disso, a biomassa sobre o solo gera barreira física ao crescimento de plantas espontâneas, melhorando as trocas gasosas do solo para a atmosfera e a ciclagem e aporte de nutrientes no sistema. Portanto, o SPDH se apresenta como estratégia de transição desse modelo de produção para um sistema que promova saúde às plantas e ao solo, a diversificação, a recuperação e a resiliência dos agroecossistemas.

Em 2019, instalou-se no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão/RS, duas hortas de estudo em parceria com agricultores vinculados ao Grupo Gestor das Hortas Orgânicas da Região Metropolitana de Porto Alegre, com objetivo de construir de forma participativa conhecimento, a partir do acompanhamento do crescimento de distintas PC, *Poaceae* e *Fabaceae*, com potencial de atenderem características de interesse ao cultivo em SPDH. No entanto, para viabilizar a adoção do SPDH pelos agricultores, verificou-se a necessidade de desenvolver um equipamento específico, que realizasse o trabalho simultâneo de acamar fisicamente as PC e abrir o “berço” para introdução das mudas, eliminando o desafio da implantação das hortaliças sobre a biomassa.

Em 2021, iniciou-se diálogos entre os agricultores, a universidade e a EPAGRI/SC, onde o SPDH já está consolidado, que permitiram a troca de informações necessárias para o desenvolvimento de um protótipo de implemento agrícola adequado às diretrizes do SPDH e à realidade dos agricultores. O implemento foi construído na Estação Experimental Agronômica da UFRGS, em Eldorado do Sul, e testado no Assentamento e nos arredores, ele foi readaptado algumas vezes até o modelo atual, em 2022.

O implemento proposto é para pequenos tratores e é constituído de um rolo-faca de 1,20 m de largura acoplado a um chassi com dois discos de corte, seguidos por um sulcador cada. Para sua validação, realizaram-se dias de campo junto aos agricultores e demais agentes envolvidos. Os encontros ocorridos podem ser definidos como verdadeiras aulas abertas e multidisciplinares, em que se complementaram os saberes de agricultores, técnicos e estudantes. Ademais, constatou-se que houve adoção do SPDH, tanto pelos agricultores assistidos como por

agricultores vizinhos das áreas de estudo, que optaram por conta própria por implementar o método. O implemento desenvolvido está sendo utilizado nestas e outras áreas e vai permanecer para uso no Assentamento e arredores.

Quanto à operação do implemento, constatou-se que os melhores resultados foram obtidos quando respeitado o momento ideal de acamamento das PC, que para *Poaceae* e *Fabaceae* é de grão leitoso e florescimento, respectivamente. Passando deste estágio, as *Poaceae* tornam-se excessivamente fibrosas e menos suscetíveis ao corte, dificultando o procedimento. As *Fabaceae* de crescimento prostrado podem ocasionar o embuchamento da máquina, enquanto as de crescimento ereto acompanham a direção do acamamento e se ajustam ao rolamento, diminuindo o embuchamento. Para que não ocorra o embuchamento, é imprescindível o corte total das PC pelos discos

e, para isso, observou-se a maior eficiência no corte em altas densidades de semeadura por conta do menor calibre do colmo das PC.



O direcionamento do projeto para o desenvolvimento do implemento foi fundamental para a ampliação da adoção do SPDH pelos agricultores do Assentamento e para sua expansão para outras localidades. É importante que esta pesquisa-ação tenha continuidade para que os desafios relacionados ao acamamento e corte das PC possam continuar em debate e que, dessa forma, seja possível avançar no eixo técnico-científico que preconiza o SPDH e, assim, permanecer ampliando a sua adoção. ◀

Letramentos e Educação Antirracista: construindo diálogos entre a EREER e a formação de professores

Mayara Costa da Silva, Cláudia Helena Dutra da Silva Jaskulski
Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CAP/UFRGS

O programa de extensão Letramentos e Educação Antirracista, conhecido como LEA, é vinculado ao vinculado ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e teve início no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19. Diante do cenário que nos obrigava a ficar em nossas casas, o LEA surgiu buscando unir remotamente profissionais da educação de diversas regiões do Brasil a fim de estudar e dialogar sobre a educação para as relações étnico-raciais (ERER) na educação básica e no ensino superior, a fim de que possamos juntas e juntos construir uma socialmente racialmente mais justa.

O LEA tem como objetivo geral fomentar ações para o diálogo entre a formação de professores e a EREER. Fortalecendo, dessa forma, tanto a implementação da EREER como um projeto de educação antirracista na educação básica e nos cursos de graduação e de pós-graduação.

Seus objetivos específicos são 1) Promover o fomento ao ensino, à extensão e à pesquisa a partir da formação de educadoras(es), profissionais da educação e estudantes, tendo como foco a EREER, com o intuito de consolidar um projeto conjunto de sociedade na qual todos sejam igualmente valorizados. 2) Contribuir com a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 em âmbito municipal, estadual e nacional a fim de fomentar a discussão sobre EREER em todas as etapas e modalidades de ensino. 3) Formar educadoras(es) e profissionais da educação para o ensino qualificado

das relações étnico-raciais, contribuindo para o debate sobre EREER nas escolas, nos cursos de graduação e de pós-graduação. 4) Promover reflexões teóricas e práticas sobre o ensino na Educação Básica, tendo em vista a EREER, a fim de consolidar um projeto político pedagógico antirracista nas escolas. 5) Construir projetos educativos de valorização das culturas, das histórias e dos saberes construídos pelas comunidades negras e indígenas de modo a contribuir para a promoção da igualdade racial. 6) Socializar conhecimentos a fim de contribuir com o fortalecimento e a expansão das políticas públicas para a diminuição das desigualdades étnico-raciais. 7) Fortalecer as relações entre a universidade e a sociedade, democratizando os conhecimentos acadêmicos e aproximando a universidade dos conhecimentos populares.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL, 2004, p. 16).

Nesse sentido, o programa baseia-se na Teoria Racial Crítica (LADSON-BILLINGS, 1998),



Curso promovido pelo LEA ao longo de 2023
Fonte: as autoras

entendendo-a como uma relevante ferramenta intelectual e social para desconstrução de estruturas e discursos opressivos e para construção de relações de poder socialmente justas. Dessa forma, compreendemos que todas(os) as(os) profissionais da educação devem estar comprometidas(os) com as pautas das discussões étnico-raciais a fim de colaborar para um projeto político pedagógico de educação antirracista e também para um projeto de sociedade antirracista.

Ao assumirmos este compromisso, deixamos um convite – mais que isso, manifestamos uma convocação – para que outras pessoas, atuantes na área da educação, envolvam-se com as discussões que se associam à EREER, buscando disseminar e atuar na construção de uma sociedade racialmente mais justa. ◀

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

LADSON-BILLINGS, Gloria. **But that's just good teaching! The case for culturally relevant pedagogy**. *Theory Into Practice*, v. 34, n. 3, 1995, p. 159-165.

Fauna Marinha RS

Maurício Tavares, Kayra Helena Arruda de Martins, Manuela Távora Dutra
Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos - CECLIMAR/UFRGS

O litoral do Rio Grande do Sul é uma das áreas de maior biodiversidade do Atlântico Sul Ocidental. Milhares de espécies marinhas, residentes e migratórias, frequentam a costa gaúcha em busca de alimento ou descanso. Contudo, os padrões naturais de ocorrência e as causas de mortalidade, de grande parte das espécies, ainda são desconhecidos pela população. Isso gera situações problemáticas na ocupação do espaço

natural na orla gaúcha, entre a fauna marinha e os seres humanos. Dessa forma, em 2013 foi idealizado e criado o projeto Fauna Marinha RS, com o intuito de estabelecer um canal de comunicação entre a Universidade e a sociedade. Inicialmente o projeto chamava-se “Conhecendo a Fauna Marinha e Costeira do Litoral Norte do Rio Grande do Sul”. Em 2013, foi criada uma página do projeto no Facebook para criar um



canal de comunicação entre a sociedade e o CECLIMAR. Em 2014, uma exposição itinerante também foi montada para ilustrar a biodiversidade de organismos de fauna marinha e costeira do litoral gaúcho, tendo sido exposta em várias Universidades gaúchas e no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, além de eventos ambientais regionais. Posteriormente, em 2016, o projeto criou um perfil no Instagram para ampliar o alcance das postagens. Desde 2017, o projeto vem capacitando os guarda-vidas que trabalham na operação golfinho durante o veraneio, a fim de que os mesmos adquiram informações pertinentes sobre os principais animais que aparecem encalhados na orla gaúcha. Para o ano de 2020, o projeto se propôs a iniciar uma série de vídeos educativos de forma lúdica e acessível através de um canal no YouTube. Os vídeos informam as pessoas sobre características das espécies de forma divertida e são narrados por adultos e crianças. Em 2021, o projeto passou a disponibilizar o áudio dos vídeos em formato de podcast pela plataforma Anchor, vinculada ao Spotify. Com o advento da pandemia de Covid-19, o projeto ampliou sua atuação nas plataformas digitais e expandiu seus colaboradores, incluindo estagiários com diferentes formações e de diversos Estados do país. Como resultados desse trabalho interdisciplinar, o projeto alcançou mais de 11.000 seguidores no

Facebook, mais de 4.700 seguidores no Instagram e mais de 1.600 inscritos no YouTube, com tendência de crescimento contínuo em todas essas mídias digitais interativas. O projeto tem se estabelecido como referência para quem busca ampliar os conhecimentos sobre a fauna local do litoral gaúcho, sendo utilizado por gestores locais, escolas e pela comunidade em geral. Para comemorar os 10 anos do projeto em 2023 um livro infantil sobre a fauna marinha intitulado “Animais do litoral gaúcho” foi elaborado e conta com recursos digitais interativos, como áudio-livro, vídeo-livro e conectividade com o canal do YouTube. Os próximos passos incluem o lançamento do livro durante o aniversário de 45 anos do CECLIMAR no mês de maio e a posterior divulgação do mesmo nas escolas do litoral norte do Rio Grande do Sul. Os recursos educativos produzidos pelo projeto são disponibilizados no site www.ufrgs.br/faunamarinhars de forma gratuita para serem utilizados pela rede escolar e interessados no assunto. ◀

Oficinas de Teatro na EPA - Narrativas de si e identidades de pessoas em situação de rua

Taís Ferreira¹, Cristiane Werlang², Laura Vianna Mallmann²

¹Faculdade de Educação - FAGED/UFRGS

²Instituto de Artes - IA/UFRGS

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) é um espaço educacional e de acolhimento de pessoas em situação de rua que atua há 35 anos na região central do município, sendo referência e espaço de resistência. Oferta, através da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), aulas do ensino regular das séries iniciais às finais do Ensino Fundamental e opera em muitas outras instâncias que envolvem processos de humanização, de visibilização e escuta com uma população extremamente vulnerável, vítima das relações brutais de desigualdade social em nosso país e de total desamparo no que tange ao acesso às políticas públicas de saúde mental, abrigo e combate à violência.

No ano de 2021, a coordenação pedagógica da escola solicitou uma parceria à UFRGS para a oferta de oficinas de teatro para seus estudantes, que já contavam com atividades regulares voltadas ao audiovisual, às artes visuais, à cerâmica e à literatura, mas vinham demonstrando interesse nas artes da cena. A demanda chega à área de teatro da Faculdade de Educação da UFRGS e é aceita pela professora Taís Ferreira, que constrói uma parceria com a professora do Instituto de

Artes Cristiane Werlang e, juntas, iniciam um profícuo diálogo com a gestão da escola, que culmina no início das oficinas de teatro, que são integradas dentro do currículo da EJA do ciclo dos anos iniciais e se desenvolvem ao longo de todo ano de 2022 (e continuam em andamento em 2023). A estudante da Licenciatura em Teatro da UFRGS, Laura Mallmann, aceitou o desafio de ser a bolsista do projeto e de ministrar as oficinas, orientada e acompanhada pelas docentes coordenadoras. O público das oficinas foi flutuante, no sentido de que a escola recebe estudantes que a frequentam por um período e depois se desvinculam, retornam e assim por diante, movimento esse característico de pessoas desabrigadas,



Oficina de teatro EPA

que têm seus vínculos familiares e profissionais desfeitos e não usufruem de direitos básicos como moradia, alimentação, saúde e emprego.

Assim, a cada encontro busca-se trabalhar elementos da performatividade e da teatralidade que estimulem experimentações profícuas que se bastem naquele espaço tempo, não necessitando de experiências anteriores ou projetando experiências futuras. O tempo presente e o aqui e agora radicais foram a tônica dos meses de trabalho em que foram desenvolvidos com os e as estudantes diversas possibilidades de construir e contar suas próprias histórias pregressas e aquelas que eles almejavam viver ou inventar através de jogos teatrais, exercícios de contação de histórias e de narrativas, teatro de formas animadas, canções, brincadeiras de roda e um processo de escuta e de troca que muito nos ensinou. Dar voz e escutar populações silenciadas como aquela que se encontra em situação de rua, dar visibilidade a estes corpos pelos quais passamos todos os dias e que ignoramos, é um ato radical de deslocamento

de sentidos para nós e para estes sujeitos.

As oficinas de teatro foram pouco a pouco gerando mais curiosidade nos alunos e alunas da EPA, evidenciando um crescente interesse por este espaço de acolhimento que o teatro proporciona. Apesar de contar com um público flutuante, alguns alunos estabeleceram-se com mais regularidade nas oficinas e puderam se soltar no transcorrer do ano e manifestar, através das propostas da bolsista, algumas paixões e ideias sobre o mundo que enriqueceram sobremaneira a forma como foram conduzidas as aulas. Nesta troca constante, por diversas vezes, foi necessário uma reavaliação e uma adaptação do projeto às novas solicitações trazidas pela turma, já que a realidade que a EPA apresenta é bem distinta da grande maioria das escolas. No decorrer do projeto, com as adaptações necessárias, foi possível desenvolver um trabalho que abordou diferentes matrizes estéticas relacionadas às artes da cena e, no centro de tudo, a troca fluida e produtiva entre todos/as envolvidos/as. ◀

Gênero e diversidade no ambiente escolar

Letícia Schneider Ferreira, Robert Reiziger de Melo Rodrigues
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Bento Gonçalves

O presente relato tem por finalidade abordar as ações promovidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS Campus Bento Gonçalves (NEPGS BG), as quais se destacam pelo envolvimento de estudantes de ensino médio do referido campus e por seus impactos no combate ao preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+. O NEPGS BG foi fundado em 2015 a partir do protagonismo estudantil, uma vez que diversos/as discentes se sentiam agredidos por comentários sexistas e

LGBTfóbicos que escutavam nos corredores da escola. Deste modo, demandaram um espaço de articulação para promover a conscientização sobre o tema através de atividades de sensibilização.

As atividades do NEPGS BG foram variadas ao longo dos últimos, abarcando tanto a comunidade interna quanto externa em seu município de inserção. O NEPGS realiza reuniões quinzenais, nas quais são discutidos tópicos referentes à

temática de gênero e sexualidade, considerando as demandas levantadas pelos/as estudantes. Durante estes momentos, os/as discentes expressam suas dúvidas e propõem ações voltadas para um olhar empático sobre suas vivências.

Além das Rodas de Conversa, o NEPGS realiza atividades culturais, como intervenções artísticas e apresentações de obras visuais e literárias produzidas pelos/as discentes. Neste contexto, destaca-se o Sarau da Diversidade, realizado anualmente no dia do combate à LGBTQIAPN+fobia, no qual são apresentadas canções relativas à comunidade LGBTQIAPN+.



Reunião do NEPGS BG em 2022 Fonte: Acervo NEPGS

Visando compartilhar com a comunidade externa os debates e conhecimentos produzidos no espaço escolar, além de interagir com diferentes especialidades acadêmicas, o NEPGS BG também oferece cursos, ciclos de debates e *lives* a respeito de temas como a Produção Feminina nas artes, Estresse de Minorias, Mulheres na Política, bem como a apresentação dos resultados de pesquisas científicas realizadas pelos/as estudantes do campus que versem sobre gênero e sexualidade. Os vídeos produzidos pelo NEPGS ficam disponibilizados no Canal do YouTube Oficial do IFRS BG, permitindo que qualquer pessoa possa ter acesso a tal material.

Ações educativas também são realizadas pelo NEPGS BG no intuito de desconstruir uma série de preconceitos relativos à gênero que foram construídos e disseminados na sociedade, a exemplo de falácias como a existência de uma “ideologia de gênero”, entre outras narrativas que não condizem com a prática daqueles que procuram combater a misoginia e a LGBTQIAPN+fobia. Deste modo, a partir de parcerias com o município de Bento Gonçalves/RS, o NEPGS realizou atividades junto a estudantes de ensino fundamental e médio, como contação de histórias sobre mulheres que atuaram em diferentes áreas do saber e cujos nomes muitas

vezes não são devidamente conhecidos, bem como momentos de brincadeiras e jogos relativos a figuras femininas da história. Assim, estes materiais educativos (jogos de memória e quebra-cabeça), adquiridos por meio de editais de fomento propiciados por investimento do IFRS, foram aplicados com estudantes de escolas públicas do município, permitindo um momento de debate, reflexão e entretenimento para estes/as jovens.



Atividade com jogos realizada em 2022 Fonte: Acervo NEPGS

O NEPGS BG também procura apresentar suas ações em diferentes mostras científicas, visando contribuir com a ampliação do debate sobre gênero e sexualidade. Os/as bolsistas são incentivados/as a apresentar as ações do NEPGS em feiras e mostras técnicas, oportunizando um momento de importante aprendizado e troca de conhecimentos. Parcerias culturais com a Prefeitura, como a realização de um Sarau Poético durante algumas edições da Feira do Livro do Município, também foram momentos importantes de interação com a comunidade externa.



Atividade NEPGS BG 2022 Fonte: Acervo NEPGS

Assim, a guisa de conclusão, este breve relato procurou apresentar algumas ações realizadas pelo NEPGS BG, ressaltando a importância de sua atuação, dentro e fora dos muros da escola.

Apesar de alguns obstáculos, o NEPGS BG se mantém firme no propósito de produzir conhecimento cientificamente embasado e de disseminar uma cultura de empatia e respeito pela diversidade. ◀

Curso Pré-Vestibular Popular Liberato e Por Dentro da UFRGS: A demanda da comunidade para a transformação social através da educação popular

Nina Gabriela Müller Lopes, Victor de Lucena Santos, Daniella Regina Teixeira Alves, Marta Inês Bringmann, Pietra Rodrigues Rosa, Bianca Malerba Cirra, Cássia Aparecida Santos Pereira, Marília Gabrielle Ferreira Campara, Judi Azambuja Leote, Anderson Menezes Pereira, Luciane Bello, Vera Lúcia Inácio de Souza
Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) - UFRGS

Projeto: POR DENTRO DA UFRGS: AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS 2022
Público: população em vulnerabilidade social
Palavras-chave: cotistas; ações afirmativas; ingresso no ensino superior; educação popular; políticas públicas.

O Por Dentro da UFRGS (PDU) é um programa de extensão do Departamento de

Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

da UFRGS que nasceu em 2017, a partir da necessidade de atuar nas ações afirmativas com capacitações para o público interno e externo da Universidade, visitas em escolas, espaços educativos e culturais em Porto Alegre e criação do Curso Pré-Vestibular Popular Liberato (CPVPL).

O Programa conta com onze bolsistas estudantes de graduação de diferentes cursos, e cerca de 50 educadores e profissionais voluntários. São realizadas reuniões e formações sistemáticas potencializando trocas culturais

e vivências nas ações afirmativas e educação popular.

A utilização das mídias sociais (Instagram e site) tem aproximado quem pretende ingressar no Ensino Superior, servindo como um canal para tirar dúvidas, agendar visitas em escolas, realizar visitas guiadas pelos campi da UFRGS e informar sobre o vestibular da UFRGS e o Enem.



PDU visita a escola
Padre Nunes em
Gravataí 2022
Fonte: Acervo DEDS



Salão UFRGS 22
Victor
Foto: Eduarda
Hurieh



Tertulias-PDU-22
Fonte: Acervo DEDES

O PDU vem atuando em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação, Coordenadoria de Ações Afirmativas, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Núcleo de Inclusão de Acessibilidade, Secretaria de Comunicação e Sistema de Bibliotecas, disseminando informações sobre ingresso e permanência na universidade através de palestras, oficinas e capacitações.

O CPVPL é o curso promovido por meio de uma demanda da Escola Municipal de Educação Básica Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha do bairro Sarandi, que embora populoso não recebe a devida atenção das políticas públicas e vive em contexto de desigualdade social. O público atendido é de baixa renda, pretos, pardos e indígenas, mulheres com filhos, transexuais, pessoas em situação de refúgio, numa perspectiva de fomentar acesso de grupos historicamente excluídos. De acordo com dados dos registros do CPVPL, é possível perceber uma mudança positiva nas aprovações dos estudantes. Ao longo dos anos foram 63 ao todo, sendo em 2018, sete; em 2019, cinco; em 2020, 17; em 2021, 14; e em 2022, 21 aprovados(as).

Indo além dos conteúdos essenciais de preparação para ENEM e Vestibular da UFRGS, e seguindo o princípio da extensão universitária, o CPVPL busca a formação de indivíduos

por meio da comunicação interdisciplinar e abordagem de temas transversais baseados nos conhecimentos construídos a partir da realidade. Por exemplo, desenvolve ações como os Corredores Virtuais, Sarau Cultural, Clube de Leitura, troca de experiências e discussões na disciplina de Debate e Argumentação, no Grupo de Apoio e Assembleias. Assim o Curso procura estimular a expressão e o pensamento crítico de seus discentes, estimulando uma posição de protagonismo.

O CPVPL tem como objetivo encaminhar o estudante para o ensino superior, mas para, além disso, contribui para a sua bagagem pessoal, profissional, enquanto cidadão de direito. Muitos estudantes entendem a importância de pessoas de origem popular ocuparem uma vaga na universidade e retornam para o curso como educadores. No 23º Salão de Extensão foram compartilhados depoimentos que mostraram o quão valiosa é a experiência de ocupar a posição de estudante e educador durante a graduação para uma formação mais democrática e sensível às demandas pessoais e sociais, além de possibilitar a atuação nas políticas públicas para ensino superior. ◀

Projeto Reconecta UFRGS: Computadores recondicionados para inclusão digital na universidade

Jonathan Simões Moraes, Anderson Raphael Padilha de Oliveira, Leonardo Leites, Gustavo Auad Piccoli, Cícero Rodrigues de Santanna, Renato Perez Ribas
Instituto de Informática - UFRGS

Palavras-chave: inclusão digital; ação afirmativa; computadores recondicionados.

O Projeto de Extensão Reconecta UFRGS foi criado em julho de 2020 para atender estudantes que não possuíam condições financeiras para adquirir um computador para o período de ensino remoto adotado pela Universidade devido ao isolamento social necessário para o combate à pandemia do COVID-19. Equipamentos de informática na educação, em particular no ensino superior, têm se tornado cada vez mais necessário com o avanço tecnológico das plataformas educacionais. Os computadores auxiliam tanto nas aulas presenciais quanto nos estudos individuais dos alunos, para a realização de tarefas e acesso à informação.

Além disso, nos últimos anos, há uma crescente tomada de consciência sobre as questões ambientais do nosso planeta. A proteção e preservação da natureza passam pelo cuidado no descarte de resíduos sólidos que não se degradam facilmente na natureza. Neste sentido, os resíduos eletrônicos representam os maiores desafios de descarte e de reaproveitamento. Esta categoria de resíduo vem aumentando exponencialmente por incentivo da indústria e pelo

comportamento da sociedade observado não apenas no desejo do consumidor em adquirir algo mais moderno e eficiente, mas também na estratégia de empresas de software que exigem equipamentos cada vez melhores para seus aplicativos e ferramentas serem instalados e utilizados.

O Projeto Reconecta UFRGS foi organizado por uma rede de voluntários (professores, técnicos-administrativos e discentes da universidade, bem como colaboradores externos) para receber doações da comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e repassá-las diretamente aos alunos de baixa renda cadastrados como beneficiários da assistência estudantil. As doações não passam pelo processo de cadastro de patrimônio na



Coleta de doações na FACED
Fonte: autor

universidade. Computadores doados pela comunidade (pessoas físicas e jurídicas) são recondicionados e repassados diretamente aos estudantes. O recondicionamento dos equipamentos compreende o seu eventual conserto, atualização de memória e disco rígido, formatação, configuração e instalação de software livre.



Coleta de doações no Planetário
Fonte: autor

O Projeto conta com o apoio de unidades acadêmicas da UFRGS como o Instituto de Informática, o Parque Científico e Tecnológico Zenit, a Faculdade de Educação, o Planetário, a Escola de Administração e a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança. São reaproveitados apenas computadores (desktops e notebooks) e monitores de tela plana (LCD). Não são tratados impressoras, *scanners*, equipamentos de áudio e vídeo, entre outros, como também não são reaproveitados celulares e *tablets*.



Oficina de recondicionamento no Instituto de Informática
Fonte: autor

Os estudantes interessados em receber um computador do Projeto Reconecta UFRGS deve se inscrever através de formulário específico disponível no site WEB e enviar por email o seu atestado de beneficiário estudantil emitido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), o que comprova inclusive que o estudante encontra-se com vínculo ativo e regularmente matriculado no semestre letivo vigente. As inscrições homologadas são então consideradas no sorteio público realizado através site específico da Internet e transmitido ao vivo pelo Facebook. Antes do sorteio é publicado o regulamento do sorteio com a lista dos estudantes participantes.

No primeiro biênio 2020/2021, os equipamentos eram doados aos estudantes. Foram cerca de 300 estudantes foram beneficiados. Porém como o projeto não tem estrutura e responsabilidade para assumir a assistência técnica de equipamentos privados, em 2022 adotou-se um novo modelo de repasse dos computadores aos estudantes através

de empréstimo (comodato). Dessa forma, caso um desses equipamentos repassados apresente algum defeito técnico ele é consertado ou mesmo trocado, o estudante segue sendo assistido enquanto for aluno de graduação e beneficiário de assistência estudantil. Em julho de 2023, cerca de 65 estudantes da UFRGS estavam usando um computador emprestado pelo projeto. A meta é atingir 100 estudantes até final deste ano.

Por fim, todo material que não pode ser reaproveitado de alguma maneira é descartado corretamente através de empresas recicladoras com licenciamento ambiental. Desta forma o Projeto Reconecta UFRGS atua fortemente em dois eixos: inclusão digital na universidade e preservação ambiental. O principal contato com a equipe do projeto é através do WhatsApp divulgado na página WEB www.ufrgs.br/reconecta. ◀

Projeto Marias: humanização e cuidado no cárcere feminino

Silvane Fensterseifer Isse
Universidade do Vale do Taquari (Univates)

Palavras-chave: cárcere feminino; humanização; cuidado.

O projeto de extensão universitária *Marias: Corpo e Linguagem na Instituição Prisional*, desenvolvido no Presídio Estadual Feminino de Lajeado/RS, nasceu em 2017, como o eixo Linguagem e Corporeidade do projeto de extensão *Veredas da Linguagem*. Em 2019, tornou-se um projeto de extensão independente, dentro do Programa de Extensão Arte, Estética e Linguagem, da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

O projeto tem como objetivo contribuir para a humanização, o cuidado e a socialização das mulheres privadas de liberdade, bem como para a qualificação das suas relações interpessoais. Além disso, busca contribuir para a formação acadêmica e humana de

estudantes e docentes, através da interação com a instituição prisional e com as histórias de vida das mulheres participantes. Estudantes diplomados pela Univates e membros da comunidade também são voluntários do *Marias*.

O projeto tem como base a utilização das linguagens corporal e artística como dispositivo de intervenção. Nesse sentido, dança, jogo, fotografia, poesia, música, entre outros, constituem-se em saberes e práticas a serem desenvolvidos com a comunidade prisional. Nas suas reflexões, investigações e intervenções, o *Marias* articula saberes sobre corpo, movimento, arte, linguagem e cultura, numa perspectiva de sensibilização, experimentação e criação.



Oficina de dança

Oficina de fotografia



Os encontros com as mulheres são realizados semanalmente, no horário em que elas estão no pátio e têm a duração aproximada de duas horas. As mulheres têm a liberdade de participar ou não das atividades. O planejamento dos encontros é realizado de forma coletiva pelo grupo de voluntários, em uma reunião mensal, na qual também são capacitados novos voluntários.

O planejamento é construído sempre a partir das demandas, necessidades e solicitações das mulheres. Entendemos que cada encontro precisa produzir sentido para as participantes, por isso o exercício do diálogo, tanto no que diz respeito à comunicação quanto à escuta, são constantes. É fundamental que as ações do *Marias* contribuam para a qualificação do tempo de permanência na instituição prisional, bem como para a potencialização e o empoderamento dessas mulheres. É preciso empoderá-las para que acreditem que, quando chegar o tempo de liberdade, elas poderão construir novas possibilidades em suas vidas.

Estarem privadas de liberdade é algo triste, difícil, que limita a vida das mulheres. Nesse sentido, o tempo em que estão no presídio não pode ser um tempo em que a vida fica suspensa, pois muitas vezes o tempo de permanência é longo. Cuidar, acolher e desafiar as mulheres às mudanças é uma forma de manter a vida pulsando, por mais difícil que isso seja às vezes.

Desenvolver um projeto em instituições prisionais demanda de quem está lá sensibilidade, empatia e a crença na mudança, na transformação dos sujeitos privados de sua liberdade. O modo como tratamos as pessoas no presídio tem efeitos diretos no seu



Show de talentos

processo de ressocialização.

É preciso acreditar, é preciso dar a mão, pois é fundamental que as pessoas privadas de liberdade percebam que esse mundo também é delas, que também fazem parte da teia social.

Se você quiser saber um pouco mais sobre o

projeto *Marias*, assista ao podcast do programa Estação Cidadania, da UFRGS, disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=rapRgREkV1o&t=276s>; acesse o e-book *Marias: histórias para além das grades*, disponível em <https://www.univates.br/editora-univates/publicacao/348> ou nos chame pelo e-mail projetomarias@univates.br. ◀

Fisioterapia pélvica presencial e por teleatendimento no tratamento da incontinência urinária feminina: relato da parceria ensino-serviço entre UFRGS e HCPA

Luciana Laureano Paiva¹, José Geraldo Lopes Ramos², Ana Selma Picoloto², Nathália Souza da Silva¹, Giulia de Oliveira Silveira¹

¹Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança - ESEFID/UFRGS

²Faculdade de Medicina - FAMED/UFRGS

O projeto de extensão universitário “Fisioterapia Pélvica no Tratamento da Incontinência Urinária Feminina” iniciou em 2013, sob a coordenação da professora Dra. Luciana Laureano Paiva, do Curso de Fisioterapia, em parceria com os professores Dr. José Geraldo Lopes Ramos e a Dra. Ana Selma Picoloto, do Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a equipe do Ambulatório de Uroginecologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Essa atuação vem sendo desenvolvida há 11 anos, através de uma abordagem abrangente, interdisciplinar e de qualidade, considerando tanto os aspectos clínicos como funcionais relacionados à incontinência urinária. Esse tratamento tem sido de suma importância para as pacientes da rede pública de saúde.

A Incontinência Urinária (IU) é caracterizada pela *International Continence Society* como qualquer perda involuntária de urina (ABRAMS *et al.*, 2018). Está associada a uma variedade de fatores, como gestação, parto, menopausa, envelhecimento e obesidade, podendo se manifestar ao tossir, espirrar, levantar objetos pesados, ou durante a prática de atividades físicas e/ou esportivas.

É um problema de saúde que afeta milhões de mulheres em todo mundo, em torno de 26% da população feminina, nas diferentes faixas etárias, resultando em custos econômicos significativos para os sistemas de saúde (MOSTAFEI *et al.*, 2020).

A presença desses sintomas pode gerar um



Equipe do Projeto de Extensão Fisioterapia Pélvica HCPA/UFRGS Fonte: autor

conscientização sobre opções de tratamento disponíveis. Por essa razão, é fundamental que sejam implementadas estratégias de prevenção, conscientização e acesso a cuidados de saúde, como forma de reduzir o impacto da incontinência urinária na qualidade de vida das pessoas que convivem com essa disfunção.

Dentre as opções de tratamento conservador da incontinência urinária feminina podemos destacar a atuação da Fisioterapia Pélvica por meio do Treinamento dos Músculos do Assoalho Pélvico, recomendada pela *International Continence Society* como a primeira linha de intervenção terapêutica (ABRAMS *et al*, 2018), com níveis relevantes de evidências científicas.

impacto significativo na vida das mulheres, afetando sua saúde física, bem-estar emocional e interações sociais, restringindo suas atividades diárias, laborais, prática esportiva, participação em eventos sociais e vida sexual. Além disso, a incontinência urinária pode levar a sentimentos de vergonha, constrangimento, isolamento social, ansiedade e baixa autoestima, interferindo nos relacionamentos pessoais e na qualidade de vida geral (CONEY *et al*, 2013). Muitas mulheres não buscam tratamento adequado devido ao estigma social e à falta de

Essa estratégia terapêutica realizada de forma supervisionada por fisioterapeuta se mostra um método seguro, com mínimos efeitos colaterais, podendo ser associado com outras terapias. (DUMOULIN *et al*, 2018). Outra vantagem desse tratamento é a sua possibilidade de ser desenvolvido em grupo, tanto de forma presencial como por meio de teleatendimento (COFFITO, 2020), facilitando assim o acesso das pacientes, a absorção da demanda nos serviços públicos de saúde e a redução dos custos.



Grupo de Fisioterapia Pélvica Fonte: autor

O projeto de extensão é desenvolvido junto ao Ambulatório de Uroginecologia, localizado na Zona 6 do HCPA, nas quartas-feiras à tarde. As pacientes com sintomas de incontinência urinária atendidas são oriundas de Porto Alegre e também de outras cidades do Estado, encaminhadas por meio da Rede Pública de Atenção à Saúde. As atividades realizadas pela equipe da Fisioterapia Pélvica incluem avaliação e reavaliação de forma individual das pacientes, atendimentos no grupo, tanto de forma presencial e por teleatendimento. A equipe de trabalho é composta por docentes, bolsistas de extensão e iniciação científica, fisioterapeutas, mestrandos e doutorandos, acadêmicos e residentes. A experiência vivenciada em um cenário real de prática multiprofissional enriquece a formação dos futuros profissionais da Fisioterapia e da Medicina e dos alunos da Pós-Graduação da UFRGS que atuam de forma integrada na prática clínica e na produção do conhecimento.

Considerando a importância de abordar a incontinência urinária feminina como sendo uma questão de saúde pública, este projeto torna acessível o tratamento na área da Fisioterapia Pélvica para as pacientes atendidas pelo Sistema Único de Saúde. Essa parceria entre a UFRGS e o HCPA proporciona um atendimento interdisciplinar abrangente, democratizando o acesso,



Premiação no Salão de Extensão da UFRGS/2022 Fonte: autor

fornecendo cuidados de saúde essenciais com o propósito de melhorar a qualidade de vida e bem-estar de pacientes com diferentes realidades socioeconômicas. Além disso, promove a capacitação dos acadêmicos e alunos da Pós-Graduação, contribuindo para produção de conhecimento científico na área da Saúde da Mulher, gerando assim impactos positivos para a comunidade. ◀

Referências

- BABRAMS, Paul et al 6th International Consultation on Incontinence. Recommendations of the International Scientific Committee: Evaluation and Treatment of Urinary Incontinence, Pelvic Organ Prolapse and Faecal Incontinence. *Neurourol Urodyn*.v.37,n.7, p.2271-2272, 2018. doi: 10.1002/nau.23551
- COFFITO. Teleconsulta, Telemonitoramento e teleconsultoria. Resolução n. 516, 20 março 2020. <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=15825>. Acessado: 02.06.2023.
- CONEY, Karin et al. The Prevalence of Lower Urinary Tract Symptoms (LUTS) in the USA, the UK and Sweden: Results from the Epidemiology of LUTS (EpiLUTS) Study. *BJU Intern*. v.112, n3, p.337-342, 2013. doi: 10.1002/nau.22700
- DUMOULIN, Chantele, CACCIARI, Licia P, HAY-SMITH, E Jean. Pelvic floor muscle training versus no treatment, or inactive control treatments, for urinary incontinence in women. *Cochrane Database Syst Rev*. v.10, n.10, 2018. doi:10.1002/14651858.CD005654.pub4
- MOSTAFAEI, Hadi et al S, et al. Prevalence of Female Urinary Incontinence in the Developing World: A Systematic Review and Metaanalysis - A Report from the Developing World Committee of the International Continence Society and Iranian Research Center for Evidence Based Medicine. *Neurourol Urodyn*. V.39, n.4, p.1063-1086, 2020. doi: 10.1002/nau.24342

Publique seu artigo!

Revista da Extensão



Edição de dezembro/2023

Colega estudante da UFRGS,

Divulgue o seu protagonismo estudantil nas ações extensionistas de interação e integração entre a universidade e a sociedade. Converse com o coordenador da sua atividade de extensão.

Publique um artigo você também!



E podemos
fazer um artigo
da nossa prática
extensionista para
publicar na
Revista da Extensão!

A Revista da Extensão é uma publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que tem como propósito veicular e difundir atividades de extensão, não apenas desta universidade mas também de outras instituições do Brasil e do exterior. Ao constituir-se como espaço de trocas, contribui para o fortalecimento e a valorização dos diferentes saberes, ampliando o diálogo sobre a extensão universitária e enfatizando o seu papel fundamental na formação discente e docente. Acompanhando a tendência das principais publicações brasileiras sobre extensão universitária, a Revista da Extensão da UFRGS é publicada em versão impressa e eletrônica, de livre acesso ao seu conteúdo, seguindo o princípio de democratização do conhecimento.

A seleção dos artigos para publicação tem como parâmetro a sua contribuição à extensão universitária, segundo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do MEC), observando o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, propiciando a interdisciplinaridade e viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Este contato, que visa ao desenvolvimento mútuo e estabelece a troca de saberes, tem como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com as realidades nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva de comunidades na atuação da Universidade. Constituem pontos fundamentais do artigo também a originalidade do tema ou o tratamento dado ao assunto, a consistência teórica e a qualidade do texto.

Normas para Submissão de Artigo

A Revista da Extensão aceita para publicação artigos que apresentem textos inéditos frutos de atividades ou reflexões relativas à extensão universitária, caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema.

Há dois formatos de artigo segundo seu tamanho: (1) artigo completo (corpo do texto com 15.000 a 25.000 caracteres) e (2) artigo curto - resumo estendido (corpo do texto com 2.500 a 5.000 caracteres). Os artigos devem contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências bibliográficas (artigo completo - máximo 8, e resumo estendido - máximo 3).

Formato do manuscrito (para ambos, artigo completo e resumo estendido):

1. Manuscrito: deve ser submetido em formato PDF.
2. Autores: todos os autores e suas filiações devem ser cuidadosamente inseridos no momento da submissão pois são informações utilizadas automaticamente pelo sistema de publicação eletrônica.
3. Figuras, tabelas e quadros serão tratados como imagem, devendo estar legendadas, com fonte/créditos do autor, e indicadas no corpo do texto.
4. Os artigos aceitos serão, posteriormente, solicitados em formato de texto editável (.doc, .docx, .rtd, .txt,...). Imagens (fotos, figuras, tabelas, quadros, ...) deverão ser enviadas em formato JPG com resolução mínima de 300 DPI, e intituladas de forma a facilitar a sua identificação (ex., Figura 1, Tabela 2, ...).

Complemento do formato do manuscrito (artigo completo):

1. Resumo: deve conter entre 750 e 1.050 caracteres em Português, e estar também em uma das línguas estrangeiras Espanhol ou Inglês.
2. Corpo do texto: deve conter entre 15.000 e 25.000 caracteres, em Português.
3. Imagens: o artigo deve conter de 3 a 5 imagens.

Complemento do formato do manuscrito (artigo curto - resumo estendido):

1. Resumo: não há.
2. Corpo do texto: deve conter entre 2.500 e 5.000 caracteres, em Português.
3. Imagens: o artigo deve conter de 1 a 3 imagens.



Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br

Acesso também disponível no portal de periódicos SEER UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitora de Extensão

Adelina Mezzari

Vice-Pró-Reitor de Extensão

Eduardo Cardoso

Revista da Extensão n. 26

Porto Alegre, julho de 2023

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editor

Renato Perez Ribas

Editor Adjunto

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Projeto gráfico e diagramação

Paulo Baldo

Revisão

Brennda Gonçalves Moura

Rubens Bayard de Mello Silveiro

Conselho Editorial Revista da Extensão

Eduardo Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)
Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)
Gustavo Menéndez (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)
João Cesar Netto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Antônio dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Luciane Noal Calil (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Monica Bussetti (Universidad Nacional de San Luis - Argentina)
Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)
Polliane Trevisan Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90040-060 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3379

www.prorexext.ufrgs.br
www.revistadaextensao.ufrgs.br
revistadaextensao@proext.ufrgs.br